

CORREIO Oficial

Ano III nº 226

Distribuição GRATUITA

TERÇA-FEIRA, 27 de agosto de 2013

www.araguari.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARAGUARI



EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS

Contratado: PANIFICADORA KI PÃO LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2013 – PREGÃO PRESENCIAL 067/2013. Objeto: FORNECIMENTO DE LANCHES TIPO (COFFEE BREAK) PARA REUNIÕES E EVENTOS OFICIAIS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, GABINETE e SAÚDE, DURANTE O ANO DE 2013, Valor: R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.11.00.10.122.0002.00.2015.3.3.90.39.0000; 02.01.18.00.04.131.0025.00.2176.3.3.90.39.0000; 02.01.19.00.08.244.0026.00.2193.3.3.90.39.0000; 02.01.22.00.10.301.0028.00.2098.3.3.90.39.0000; 02.01.22.00.10.302.0028.00.2082.3.3.90.39.0000.

Contratado: BREDAJR ARTES GRAFICA E COMERCIO LTDA EPP – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 216/2013 – PREGÃO PRESENCIAL 071/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO A AÇÃO SOCIAL, UTILIZANDO RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO E VERBAS PNAE-CRECHE E RECURSO 100, Valor: R\$1.892,40 (um mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000; 02.01.08.00.12.365.0008.00.2206.3.3.90.30.0000; 02.01.16.00.08.122.0002.00.2015.3.3.90.30.0000.

Contratado: CASA DAS EMBALAGENS ARAGUARI LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 217/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO A AÇÃO SOCIAL, UTILIZANDO RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO E VERBAS PNAE-CRECHE E RECURSO 100, Valor: R\$7.930,80 (sete mil, novecentos e trinta reais e oitenta centavos). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000;

02.01.08.00.12.365.0008.00.2206.3.3.90.30.0000; 02.01.16.00.08.122.0002.00.2015.3.3.90.30.0000.

Contratado: COMERCIAL RONEWTON LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO A AÇÃO SOCIAL, UTILIZANDO RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO E VERBAS PNAE-CRECHE E RECURSO 100, Valor: R\$85.830,90 (oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta reais e noventa centavos). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000; 02.01.08.00.12.365.0008.00.2206.3.3.90.30.0000; 02.01.16.00.08.122.0002.00.2015.3.3.90.30.0000.

Contratado: FRUTBRAS DISTRIBUIDORA E LOGISTICA DE PRODUTOS – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 219/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO A AÇÃO SOCIAL, UTILIZANDO RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO E VERBAS PNAE-CRECHE E RECURSO 100, Valor: R\$65.190,00 (sessenta e cinco mil, cento e noventa reais). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000; 02.01.08.00.12.365.0008.00.2206.3.3.90.30.0000; 02.01.16.00.08.122.0002.00.2015.3.3.90.30.0000.

Contratado: POLY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO A AÇÃO SOCIAL, UTILIZANDO RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO E VERBAS PNAE-CRECHE E RECURSO 100, Valor: R\$9.058,80 (nove mil, cinquenta e oito reais e oitenta centavos). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000; 02.01.08.00.12.365.0008.00.2206.3.3.90.30.0000; 02.01.16.00.08.122.0002.00.2015.3.3.90.30.0000.

Contratado: ESPORTE COMERCIAL CENTER LTDA ME – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 229/2013 – PREGÃO

PRESENCIAL Nº 078/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ESPORTIVO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UTILIZANDO RECURSOS DA VERBA 25% DA EDUCAÇÃO, Valor: R\$4.352,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000.

Contratado: WR COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 230/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ESPORTIVO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UTILIZANDO RECURSOS DA VERBA 25% DA EDUCAÇÃO, Valor: R\$4.858,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000.

Contratado: POLY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 231/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ESPORTIVO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UTILIZANDO RECURSOS DA VERBA 25% DA EDUCAÇÃO, Valor: R\$1.805,76 (um mil, oitocentos e cinco reais e setenta e seis centavos). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000.

Contratado: MUNDO DOS ESPORTES LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 232/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ESPORTIVO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UTILIZANDO RECURSOS DA VERBA 25% DA EDUCAÇÃO, Valor: R\$2.918,90 (dois mil novecentos e dezoito reais e noventa centavos). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.30.0000.

Contratado: AMAZONIA DISTRIBUIDORA LTDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 260/2013 – PREGÃO PRESENCIAL 082/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRABALHO E



AÇÃO SOCIAL, UTILIZANDO VERBA DO RECURSO 100, Valor: R\$126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais). Prazo: 31/12/2013. DO:02.01.16.00.08.122.0002.00.2064.3.3.90.32.0000.

Contratado: WR INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Cleusa de Oliveira-ME) – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 268/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2013. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA PARA CONFECÇÃO DE 800 UNIDADES DE BOLSAS EM NYLON E TECIDO NA COR AZUL MARINHO MEDINDO 39,5 x 26,5. ZIPER FRONTAL NA COR LARANJA E SILK MULTICOR, CONFORME MODELO EM ANEXO, DESTINADO A IV JORNADA PEDAGÓGICA DA INCLUSÃO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, Valor: R\$2.912,00 (dois mil, novecentos e doze reais). Prazo: 31/12/2013. DO: 02.01.08.00.12.361.0002.00.2040.3.3.90.39.0000.

Contratado: TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, UTILIZANDO RECURSOS DAS VERBAS 624.002-2 E 43.725-5. Fica Declarado como “**LICITAÇÃO FRACASSADA**” o processo licitatório acima mencionado cujas as empresas estavam com os valores acima do estimado e a outra empresa teve suas marcas reprovadas.

Contratado: SISTEMA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA – 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 231/2011 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2011. Objeto: PRORROGAÇÃO E MAJORAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 231/2011, Valor: R\$ 42.525,48 (Quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos). Prazo: início em 26 de junho de 2013 e o seu término em 25 de junho de 2014. DO: 02.01.06.00.04.122.0032.00.2.116.3.3.90.39.00.00.

Contratado: SISTEMA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA – 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 213/2012 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2012. Objeto: PRORROGAÇÃO E MAJORAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 213/2012, Valor: R\$ 35.688,60 (trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos). Prazo: início em 13 de junho de 2013 e o seu término em 12 de junho de 2014. DO: 02.01.06.00.04.122.0032.00.2.116.3.3.90.39.00.00.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARAGUARI



RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 064/2013 - PROCESSO Nº 0022397

De acordo com o parecer conjunto da Assessoria Jurídica do Departamento de Licitações e Contratos e da Procuradoria Geral do Município, **RATIFICO** a presente Dispensa de Licitação, de acordo com Decreto nº. 107/2013, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA, PARA ELABORAÇÃO REESTRUTURAÇÃO, DO PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL - PTTTS RESIDENCIAL PORTAL DE FÁTIMA. A MESMA DEVERÁ REALIZAR AÇÕES, PALESTRAS E OFICINAS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA HABITACIONAL “MINHA CASA MINHA VIDA”**. Araguari 26/08/2013. Autue registre e publique (a) **Luiz Gonzaga Barbosa Pires Secretário Municipal de Administração**.

TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2013 PROCESSO Nº 0021749/2013. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMAS DAS PISCINAS DO PARQUE AQUÁTICO MUNICIPAL: SEMI OLÍMPICA, COM ÁREA DE 350 m², PISCINA MÉDIA, COM ÁREA DE 105,41 m², PEQUENA, COM ÁREA DE 70,00m²; SENDO LIMPEZA DA OBRA, PLACA DA OBRA, ATERRO E COMPACTAÇÃO DE CASCALHO COM ESPESSURA E 20cm, COLOCAÇÃO DE RAPIMES, IMPERMEALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE MANTA ASFALTICA, REVESTIMENTO, INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E LIMPEZA FINAL DA OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS**. Fica Declarado como “**LICITAÇÃO FRACASSADA**” o processo licitatório acima mencionado em função do valor da proposta apresentada pela empresa esta acima do estimado.

A Prefeitura Municipal de Araguari-MG, torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002, Lei Municipal nº 3.794, de 18 de novembro de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e os decretos nº 054/2002,

050/2013 e 051/2013, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO**, visando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA FUNCIONÁRIOS DA PMA, ATENDENDO AO SESMT (SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO)**, mediante contrato, de acordo com o Edital de Pregão nº 95/2013, devendo a proposta e documentação ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Virgílio de Melo Franco n.º 550, no dia **09 de Outubro de 2013, até às 08:30 horas**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. **A participação no certame fica condicionada, além das exigências editalícias, à apresentação de amostras dos produtos que serão ofertados, que deverão ser entregues até o dia 10/09/2013 impreterivelmente, no SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), com sede na Esplanada da Goiás, nº 395, Centro,**

Araguari - MG, para serem analisados pela Comissão Especial daquele Departamento, a qual apresentará atestado para participação no certame. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br. Mais informações, pelo telefone (0**34) 3690-3280.

Correio Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Órgão de Imprensa Oficial da Administração Pública Direta e Indireta, editado pela Secretaria Municipal de Gabinete e publicado de acordo com a Lei n.º 3.208, de 11 de junho de 1997.

Raul José de Belém Prefeito Municipal	Werley Ferreira de Macedo Vice-Prefeito Municipal
André Luiz Fernandes Secretário Municipal de Gabinete	
Redação: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Araguari	
Fones: (34) 3690-3242 e 3690-3054 Tiragem: 1.000 exemplares	
Diagramação e impressão: Editora e Artes Gráficas Correio de Araguari Ltda. CNPJ 10.496.331/0001-18 - Insc. Est. Isenta - Rua Bias Fortes, 510 - Centro - Fone 3241-9835 - CEP 38440-008 Araguari, MG - Vencedora do Processo de Pregão nº 138/2011 - Contrato de Prestação de Serviços: 404/2011.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI



Instrumental 2 - Registro e Sistematização das Conferências Municipais de Assistência Social 2013

Informações Gerais da Conferência Municipal:

1. Nome do Município / UF	Araguari- MG
2. Identificação da Conferência	IX Conferência Municipal da Assistência Social
3. Datas e período de realização	24/07/2013
4. Porte do município	Grande Porte
5. Número total de participantes	193

6. Número de Delegados(as):

Sociedade Civil			Governmentais
Usuários(as)	Trabalhadores	Entidades	
42	12	25	114

7. Eventos preparatórios

7.1. Quais os eventos de mobilização antecederam a Conferência?

- (x) Pré-conferências
- () Plenárias
- (x) Palestras
- () Debates públicos
- () Reuniões
- () Encontros temáticos
- () Outras formas:

8. Análise e Deliberações por eixo

Eixo 1: Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
Estudo das peças orçamentárias pelas Equipes de Referência	Estabelecer percentual mínimo do Orçamento da Assistência Social	
Inclusão dos Serviços, Programas e		

1

Projetos ofertados pelo SUAS na LDO, PPA e LOA		
--	--	--

8.4. Percentual de Deliberações implementadas	
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	30%
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	70%

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
Assegurar percentual para o financiamento da Assistência Social	Assegurar percentual para o financiamento da Assistência Social	Assegurar percentual para o financiamento da Assistência Social	Assegurar percentual para o financiamento da Assistência Social		
Garantir a qualificação e participação de usuários, conselheiros, trabalhadores do SUAS na elaboração e acompanhamento da execução do PPA, LDO e LOA, como forma de garantir que as deliberações das Conferências contempladas.	Garantir a qualificação e participação de usuários, conselheiros, trabalhadores do SUAS na elaboração e acompanhamento da execução do PPA, LDO e LOA, como forma de garantir que as deliberações das Conferências contempladas	Garantir a qualificação e participação de usuários, conselheiros, trabalhadores do SUAS na elaboração e acompanhamento da execução do PPA, LDO e LOA, como forma de garantir que as deliberações das Conferências contempladas	Garantir a qualificação e participação de usuários, conselheiros, trabalhadores do SUAS na elaboração e acompanhamento da execução do PPA, LDO e LOA, como forma de garantir que as deliberações das Conferências contempladas		
Ampliar a flexibilização dos recursos repassados para a manutenção das ações desenvolvidas na Assistência Social	Ampliar a flexibilização dos recursos repassados para a manutenção das ações desenvolvidas na Assistência Social	Ampliar a flexibilização dos recursos repassados para a manutenção das ações desenvolvidas na Assistência Social	Ampliar a flexibilização dos recursos repassados para a manutenção das ações desenvolvidas na Assistência Social		

2

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
Criar um espaço para discussão da gestão orçamentária da Política da Assistência social
Criar um Planejamento de monitoramento das deliberações do Eixo 1 na agenda do CMAS pela Comissão de Prestação de contas

Eixo 2: Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
Utilização do Prontuário SUAS	Materialização do Sistema de Vigilância Socioassistencial no Município	Devido a complexidade do Instrumento –Prontuário SUAS, a sua implantação está em fase experimental.
Padronização dos Indicadores do Sistema de Informação da Vigilância Socioassistencial		

8.4. Percentual de Deliberações implementadas	10%
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	10%
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	80%

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
Analisar os dados dos questionários preenchidos pelos CRAS e CREAS para orientação do planejamento das ações da	Analisar os dados dos questionários preenchidos pelos CRAS e CREAS para	Analisar os dados dos questionários preenchidos	Analisar os dados dos questionários preenchidos pelos CRAS e CREAS para		

3

Assistência Social	orientação do planejamento das ações da Assistência Social	pelos CRAS e CREAS para orientação do planejamento das ações da Assistência Social	orientação do planejamento das ações da Assistência Social		
--------------------	--	--	--	--	--

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
Efetivar a parceria com a rede socioassistencial para formular o diagnóstico do território
Criação de equipe de nível superior, para conduzir o sistema de informação e monitoramento
Divulgação através dos meios de comunicação, dos serviços ofertados nos CRAS e CREAS

Eixo 3: Gestão do Trabalho

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
Profissionalização da Assistência Social	Implantação da NOB-RH-SUAS nos municípios no que tange ao Plano de Cargos e Salários	
Maior oferta de capacitação		

8.4. Percentual de Deliberações implementadas	60%
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	20%

4

8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	20%
---	-----

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
Regularizar e efetivar o processo de educação permanente	Regularizar e efetivar o processo de educação permanente	Regularizar e efetivar o processo de educação permanente	Regularizar e efetivar o processo de educação permanente		
Piso Salarial mínimo de 5 salários para as equipes de referência	Piso Salarial mínimo de 5 salários para as equipes de referência	Piso Salarial mínimo de 5 salários para as equipes de referência	Piso Salarial mínimo de 5 salários para as equipes de referência		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
Implantação do Plano de Cargos e Salários da Assistência Social
Garantir a Capacitação de 100% da Equipe de Referência, criando um Pólo no Município

Eixo 4: Gestão dos Serviços, Programas e Projetos

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
Organização da Gestão da Assistência Social	Efetivar a Organização que acaba esbarrando em	Rever critérios dos cursos profissionalizantes com relação a faixa etária, nº de participantes por turma e escolaridade

5

questões administrativas		
--------------------------	--	--

8.4. Percentual de Deliberações implementadas	80%
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	20%

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
Completar as Equipes de Referência com servidores efetivos de acordo co a NOB-RH-SUAS
Retorno das Oficinas de acordo com a tipificação do SUAS e resgate das festividades
Aumentar o nº de Equipes de Referência do SUAS no atendimento nos CRAS e CREAS
Criação de fóruns de discussão, encontros com a rede socioassistencial a fim de traçar planos e metas de trabalho semestralmente

Eixo 5: Gestão dos Benefícios do SUAS

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
Definição clara dos Benefícios Eventuais	Os Benefícios Eventuais ainda são permeados por uma cultura assistencialista	

6



8.4. Percentual de Deliberações implementadas	80%
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	20%

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
Rever e adequar a lei de Benefícios Eventuais
Efetivar a articulação, integração e interação da rede socioassistencial pública e privada

Eixo 6: Regionalização
Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
A possibilidade da efetivação dos Consórcios		

7

8.4. Percentual de Deliberações implementadas	
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	10%
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	90%

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
Criação de um Consórcio Regional com obrigações bem definidas para cada município envolvido (Média e Alta Complexidade)	Criação de um Consórcio Regional com obrigações bem definidas para cada município envolvido (Média e Alta Complexidade)	Criação de um Consórcio Regional com obrigações bem definidas para cada município envolvido (Média e Alta Complexidade)			
Criação de um espaço regionalizado para atender as demandas de mulheres vítimas de violência	Criação de um espaço regionalizado para atender as demandas de mulheres vítimas de violência	Criação de um espaço regionalizado para atender as demandas de mulheres vítimas de violência	Criação de um espaço regionalizado para atender as demandas de mulheres vítimas de violência		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
Criação de um Consórcio Regional com obrigações bem definidas para cada município envolvido (Média e Alta Complexidade)
Criação de um espaço regionalizado para atender as demandas de mulheres vítimas de violência

8

10. Avaliação Geral da Conferência Municipal:

10.1. Principais pontos positivos	10.2. Principais pontos negativos	10.3. Sugestões para futuras conferências
Grande nº de participantes usuários da Política	Baixa representatividade da Sociedade Civil e de outras Políticas Públicas	Ampliar o tempo para as discussões, aumentando para 2 dias a Conferência
Momento de avaliação da Política local	Tempo limitado para as discussões	
Espaço físico adequado		
Organização do evento		
Momento de aprofundamento de conhecimentos e discussões em torno da Política da Assistência		

Data: 14/08/2013

Ariadne G. G. Pimenta
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

9



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

**PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 040/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014**

LOTE(S)	01 – 11		
CONTRATADA	CONEXAN COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS LTDA		
ENDEREÇO	RUA JOSÉ ANATÓLIO FONTES, 238 – BAIRRO RIO BRANCO – BELO HORIZONTE – MG – CEP 31535-180		
CNPJ	13.025.197/0001-65		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesanais e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	vendasconexan@gmail.com vendasconexan2@gmail.com	TEL.	31.3786.2706
VALOR TOTAL LOTE 01	3.232,65	(três mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos)	
VALOR TOTAL LOTE 11	3.720,00	(três mil setecentos e vinte reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	6.952,65	(SEIS MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)	

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

**PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 041/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014**

LOTE(S)	02 – 13		
CONTRATADA	HG COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA		
ENDEREÇO	AV. BERNARDO VASCONCELOS, 1347 – BAIRRO CACHOEIRINHA – BELO HORIZONTE – MG – CEP 31150-000		
CNPJ	04.722.894/0001-84		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesanais e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	hidrogerais@terra.com.br	TEL.	31.3428.4763
VALOR TOTAL LOTE 02	8.420,95	(oito mil quatrocentos e vinte reais e noventa e cinco centavos)	
VALOR TOTAL LOTE 13	3.465,00	(três mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	11.885,95	(ONZE MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 042/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014

LOTE(S)	03		
CONTRATADA	AGANEX COMERCIAL LTDA		
ENDEREÇO	RUA MONTE BELO, 666 – INDUSTRIAL – SÃO LUIZ – BETIM – MG – CEP 32675.636		
CNPJ	15.530.765/0001-00		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesianos e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	contato@aganex.com.br	TEL.	31. 3597.3966 / 9362.0151
VALOR TOTAL LOTE 03	26.050,00	(vinte e seis mil e cinquenta reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	26.050,00	(VINTE E SEIS MIL E CINQUENTA REAIS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 043/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014

LOTE(S)	04 – 06		
CONTRATADA	MORAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA		
ENDEREÇO	RUA ALGA VERDE, 10 – JARDIM GUANABARA – BELO HORIZONTE – MG - CEP 31742-254		
CNPJ	13.245.959/0001-39		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesianos e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	marcos@moralmg.com.br	TEL.	31. 3434.5662
VALOR TOTAL LOTE 04	90.306,25	(noventa mil trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos)	
VALOR TOTAL LOTE 06	19.930,00	(dezenove mil novecentos e trinta reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	110.236,25	(CENTO E DEZ MIL DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 044/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014

LOTE(S)	05		
CONTRATADA	DIRETRIZ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS LTDA		
ENDEREÇO	RUA AMADO AMARAL, 54 – VILA TAVARES – ITAÚNA – MG – CEP 35680-077		
CNPJ	08.021.517/0001-79		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesianos e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	diretriz@yahoo.com.br	TEL.	37. 3243.4036
VALOR TOTAL LOTE 05	37.230,00	(trinta e sete mil duzentos e trinta reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	37.230,00	(TRINTA E SETE MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 045/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014

LOTE(S)	07		
CONTRATADA	TREBIAN COMERCIAL LTDA		
ENDEREÇO	RUA REVERENDO PAULO LICIO RIZZO, 336 – SALA 04 – VILA ALVES DIAS – SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP – CEP 09850-430		
CNPJ	04.398.305/0001-54		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesianos e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	trebianltda@gmail.com	TEL.	11. 4109.7131
VALOR TOTAL LOTE 07	39.000,00	(trinta e nove mil reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	39.000,00	(TRINTA E NOVE MIL REAIS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 046/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014

LOTE(S)	08 – 10		
CONTRATADA	TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL – EIRELI		
ENDEREÇO	AV. LÁZARO GONÇALVES DE OLIVEIRA, 32 – PQ. DO LAGO – SANTA BÁRBARA D'OESTE – SP – CEP 13458-626		
CNPJ	06.320.464/0001-61		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesianos e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	goodsteel@br.inter.net	TE L.	19. 3454.1222 / 3462-4230
VALOR TOTAL LOTE 08	77.900,00	(setenta e sete mil e novecentos reais)	
VALOR TOTAL LOTE 10	120.952,50	(cento e vinte mil novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	198.852,50	(CENTO E NOVENTA E OITO MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 047/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014

LOTE(S)	09		
CONTRATADA	NIRSON ROSÁRIO DE LANA		
ENDEREÇO	RUA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 601 – BAIRRO ESPERANÇA (JUSTILÓPOLIS) – RIBEIRÃO DAS NEVES – MG – CEP 33913-110		
CNPJ	14.671.187/0001-60		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesianos e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	conemarhidraulico@hotmail.com	TEL.	31. 3632.1409 / 3639.8023
VALOR TOTAL LOTE 09	45.350,00	(quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	45.350,00	(QUARENTA E CINCO MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL 018/2013 – PROCESSO 8318/2013
INSTRUMENTO CONTRATUAL DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS: 048/2013
VALIDADE ENTRE: 01/08/2013 E 01/08/2014

LOTE(S)	12		
CONTRATADA	VEDASYSTEM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS LTDA		
ENDEREÇO	AV. BRASIL, 214 – TÉRREO – JARDIM BARUERI – BARUERI – SP – CEP 06411-310		
CNPJ	09.565.740/0001-40		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CONEXÕES, REGISTROS, TUBOS, objetivando atender os diversos serviços de manutenção de água e esgoto, substituição de ramais, desentupimento de redes coletoras de esgotos, manutenção de vazamentos, manutenção de poços artesianos e construção de redes diversas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 17-02.01.20.00.17.512.0186.00.2.142.3.3.90.30.00.00		
EMAIL PARA ENVIO CONTRATO	Supervisora.comercial@vedasustem.ind.br	TEL.	11. 2123.7100
VALOR TOTAL LOTE 12	7.400,00	(sete mil e quatrocentos reais)	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA/CONTRATO	7.400	(SETE MIL E QUATROCENTOS REAIS)	

Araguari-MG, 01 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

DISPENSA 040/2013 – PROCESSO 8372/2013
CONTRATO: 057/2013
VALIDADE ENTRE: 13/08/2013 E 30/09/2013

LOTE(S)	ÚNICO		
CONTRATADA	FERRAGISTRA RESENDE LTDA		
ENDEREÇO	PRAÇA JUVENIL ALVES DE MELO, 79 – CENTRO – ARAGUARI – MG		
CNPJ	00.424.719/0001-50		
OBJETO	CONTRATAÇÃO DIRETA ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE UM VIBRADOR DE IMERSÃO PORTÁTIL E UMA BETONEIRA, objetivando atender às necessidades de aducação e melhoramento nos serviços prestados à comunidade pela SAE.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 10-02.01.20.00.17.122.0032.00.2.134.4.4.90.52.00.00		
VALOR TOTAL LOTE ÚNICO	3.610,00	(três mil seiscentos e dez reais)	
VALOR GLOBAL DO CONTRATO	R\$3.610,00	(três mil seiscentos e dez reais)	

Araguari-MG, 13 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente – SAE

**SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO**

DISPENSA 043/2013 – PROCESSO 8375/2013

CONTRATO: 058/2013

VALIDADE ENTRE: 14/08/2013 E 14/09/2013

LOTE(S)	ÚNICO		
CONTRATADA	ACHIMAQ LTDA		
ENDEREÇO	RUA DR. AFRÂNIO, 85 – CENTRO – ARAGUARI – MG		
CNPJ	21.544.507/0001-86		
EMAIL PARA CONTRATO	ACHIMAQ@UOL.COM.BR	TEL.	3241.1133 – 1144 - 5858
OBJETO	CONTRATAÇÃO DIRETA ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 01(UM) ARQUIVO DE 04 GAVETAS MEDINDO 1,33X0,46X0,70 FABRICADO EM AÇO CHAPA 24, objetivando atender às necessidades de arquivamento de processos na Coordenação de Compras e Licitações.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA 10-02.01.20.00.17.122.0032.00.2.134.4.4.90.52.00.00		
VALOR TOTAL LOTE ÚNICO	690,00	(seiscentos e noventa reais)	
VALOR GLOBAL DO CONTRATO	R\$690,00	(seiscentos e noventa reais)	

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO

Superintendente – SAE

**SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO****RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifica o ato de Dispensa de Licitação nº 045/2013 no caso mencionado.

Conforme encaminhamento e requisição interna de Contratação RATIFICADO, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, o presente ato de Dispensa de Licitação supra mencionado, que se destina à CONTRATAÇÃO DIRETA ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONFECÇÃO E MONTAGEM DE ADESIVOS NAS VIATURAS DA SAE, E OUTROS, objetivando manter a padronização de identificação da frota da SAE, assim como placa e banner para orientação da população dos investimentos realizados pela SAE.

Araguari (MG), 19 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO

Superintendente - SAE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifica o ato de Dispensa de Licitação nº 044/2013 no caso mencionado.

Conforme encaminhamento e requisição interna de Contratação RATIFICADO, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, o presente ato de Dispensa de Licitação supra mencionado, que se destina à CONTRATAÇÃO DIRETA ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PARECER TÉCNICO CONTÁBIL REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2013, REAJUSTE DE GRATIFICAÇÃO PESSOAL, objetivando conferência dos cálculos formalizados por Advogado e apresentado pelos funcionários requerentes.

Araguari (MG), 21 de agosto de 2013.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO

Superintendente - SAE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI****LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 002/2013
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL**

Em razão de interesses administrativos, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI - PMA**, promoveu alterações no edital de Concorrência nº 002/2013, razão pela qual torna público tais modificações, prorrogando os prazos previstos no texto editalício anterior.

Desse modo a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI - PMA**, com sede à Praça Gaioso Neves, nº. 129, Bairro Goiás, Centro, CEP: 38.440-001, na cidade de Araguari – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.829.640/0001-49, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída por meio do Decreto Municipal nº. 100/2013, de 10 de Julho de 2013, comunica aos interessados que, com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2.006, fará realizar CONCORRÊNCIA, para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA VIÁRIO LIGANDO A RUA DOS BURITIS À RUA MIGUEL ASSAD DEBS, SITUADA NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, INCLUSIVE VIADUTO SOBRE LINHA FÉRREA DA FCA. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS ANEXOS**. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua Virgílio de Melo Franco, nº. 550, Centro, CEP: 38.440-016, nesta cidade de Araguari - MG, até às **09:00 (nove) horas do dia 23 (VINTE E TRES) de setembro de 2013 (dois mil e treze)**, sendo que a abertura dos envelopes será realizada no mesmo dia e horário. A empresa interessada em participar desta licitação deverá designar seu responsável técnico para vistoriar os locais onde será executada a obra, em um dos dias **02 (dois) a 06 (seis) de setembro de 2013**, respeitado o horário do expediente normal da PMA e mediante prévio agendamento de uma das datas mencionadas, junto à Secretaria Municipal de Obras, de **segunda a sexta-feira, das 14 (quatorze) horas às 18 (dezoito) horas**, pelos telefones: **(34) 3690-3198 / (34) 3690-3287**. Fica alterado o subitem 4.2.5.3.1, estendendo o prazo para depósito de garantia de manutenção de proposta na tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda **até às 17:00 horas do dia 10/09/2013**, podendo ser realizada em uma das modalidades do § 1º do Art. 56 da Lei 8.666/93. O Edital desta licitação poderá ser adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, situado no endereço mencionado acima, em qualquer dia útil, durante o expediente normal da PMA, mediante prévio pagamento da quantia de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, a qual deverá ser depositada na **Conta Corrente nº. 73.125-0, Agência 0090-6, do Banco do Brasil S/A**. Mais informações pelos telefones: (34) 3690-3280 / (34) 3690-3177. Araguari, MG, em 21/08/2013. Raul José de Belém Prefeito Municipal, Bruno Ribeiro Ramos – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI****MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2013
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL**

Em razão de interesses administrativos, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI - PMA**, promoveu alterações no edital de Concorrência nº 003/2013, razão pela qual torna público tais modificações, prorrogando os prazos previstos no texto editalício anterior.

Desse modo a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI - PMA**,



com sede à Praça Gaioso Neves, n°. 129, Bairro Goiás, Centro, CEP: 38.440-001, na cidade de Araguari – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 16.829.640/0001-49, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída por meio do Decreto Municipal n°. 100/2013, de 10 de Julho de 2013, comunica aos interessados que, com base na Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal n°. 123, de 13 de dezembro de 2.006, fará realizar CONCORRÊNCIA do tipo TÉCNICA E PREÇO, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PRESTADOS NECESSARIAMENTE POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG, CONFORME LEI 12.232 DE 29 (VINTE E NOVE) DE ABRIL DE 2010, APLICANDO-SE DE FORMA COMPLEMENTAR AS LEIS 4.680 DE 18 (DEZOITO) DE JUNHO DE 1965 E A LEI 8.666 DE 1.993, ainda em conformidade com as Normas Padrão-CENP.** Os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua Virgílio de Melo Franco, n°. 550, Centro, CEP: 38.440-016, nesta cidade de Araguari - MG, até às **09:00 (nove) horas do dia 30 (trinta) de setembro de 2013 (dois mil e treze)**, sendo que a abertura dos envelopes será realizada no mesmo dia e horário. Ficam convidados à competição licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria objeto do certame, e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias desta licitação poderá ser adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, situado no endereço mencionado acima, em qualquer dia útil, durante o expediente normal da PMA, mediante prévio pagamento da quantia de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, a qual deverá ser depositada na **Conta Corrente n°. 73.125-0, Agência 0090-6, do Banco do Brasil S/A.** Mais informações pelos telefones: (34) 3690-3280 / (34) 3690-3177. Raul José de Belém Prefeito Municipal, Bruno Ribeiro Ramos – Presidente da Comissão Permanente de Licitação / Leonardo Furtado Borelli Procurador Geral do Município.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO 07/2013 de 20 de Junho de 2013

Aprovação do Termo de Aceite 2013 – Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, co-financiado por meio do Piso Básico Variável.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária de n° 164, realizada no dia 20 de Junho de 2013, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Rua Luiz Schinnor, 197 – Centro – Araguari, no uso da competência que lhe confere o Artigo 17, parágrafo 4º da Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Considerando a **Resolução do CNAS de n° 01**, de 21 de Fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.

Considerando o que **Serviço de SCFV** é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.

Considerando que o **Termo de Aceite e Compromisso SCFV 2013** – responsabilidade de gestão e compromissos de oferta com qualidade do Serviço

de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que firma a Secretaria de Assistência Social, representada pelo Secretário de Assistência Social, com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite do Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos a ser reordenado a partir de 1º Julho de 2013.

Considerando que o município de Araguari está habilitado na Gestão Plena do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, possui quatro CRAS em funcionamento e Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social, sendo estes critérios para receber o co-financiamento do Piso Básico Variável para o reordenamento deste serviço que já é executado pela Política de Assistência Social deste Município.

RESOLVE:

Aprovar por unanimidade o Aceite Formal - **Termo de Aceite e Compromisso SCFV 2013**, na forma do anexo que integra esta Resolução, que tem como objetivo reordenar o Serviço de Proteção Social Básica - Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Araguari, 20 de Junho de 2013.

ARIADNE GUIMARÃES GHENOV PIMENTA
Presidente do CMAS



Termo de Aceite e Compromisso – responsabilidades de gestão e compromissos de oferta com qualidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Termo que firma a Secretaria de Assistência Social ou órgão gestor da assistência social do Município ou Distrito Federal, representada pelo Secretário de Assistência Social ou congêneres, com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite do Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos a ser reordenado a partir de 1º de julho de 2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Aceite e Compromisso formaliza as responsabilidades gerais de gestão, relacionadas ao reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e outras responsabilidades específicas do gestor de assistência social, inerentes à oferta, pelos Municípios e DF, do serviço cofinanciado pelo MDS.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS RESPONSABILIDADES DE GESTÃO

Firmo as seguintes responsabilidades de gestão que decorrem do aceite do cofinanciamento federal, por meio do Piso Básico Variável, para a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV:

I. Do Aceite e Controle Social:

- Manifestar o aceite formal ao cofinanciamento federal para o SCFV por meio deste "Termo de Aceite e Compromisso".
- Dar ciência ao Conselho de Assistência Social do Município e do DF da opção pelo SCFV, cofinanciado por meio do Piso Básico Variável, e suas condições de oferta.

II. Das Condições da Oferta:

- Planejar a oferta do SCFV de acordo com as demandas e características do território e em observância às situações prioritárias de cada município e Distrito Federal;
- Garantir a oferta para o público definido como prioritário na Resolução CIT nº 01/2013 e possíveis alterações;
- Ofertar o SCFV de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com observância às disposições específicas contidas nos seus respectivos instrumentos normativos e demais diretrizes estabelecidas pelo MDS;
- Possuir pelo menos 01 (um) CRAS em funcionamento, registrado no CADSUAS;
- Garantir espaço físico adequado para a realização das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos, com condições de iluminação, arejamento e limpeza;
- Garantir a quantidade de profissionais necessária para a oferta do SCFV, de acordo com as orientações técnicas expedidas pelo MDS;
- Promover capacitação sistemática dos profissionais responsáveis pela oferta do SCFV;
- Manter em arquivo, durante 5 (cinco) anos, documentação comprobatória das despesas realizadas com a prestação do Serviço, bem como a memória das atividades realizadas, dos critérios de preenchimento das vagas e dos processos de seleção dos profissionais para a população e para as instâncias de controle social;
- Manter em arquivo, durante 5 (cinco) anos, documentação comprobatória das situações prioritárias, com assinatura do técnico responsável pelo encaminhamento;
- Definir horário de funcionamento dos grupos, de acordo com o disposto na Tipificação e em compatibilidade com as atividades a serem desenvolvidas, mantendo esta informação afixada em local visível;
- Disponibilizar, sempre que se fizer necessário, em virtude da distância entre o local de moradia dos usuários e a base física ou local de desenvolvimento das atividades, os meios ou recursos para o deslocamento dos usuários do SCFV;
- Ofertar o SCFV no CRAS, em outras unidades públicas ou em entidades de assistência social, desde que demonstrem capacidade instalada de estrutura física, de recursos humanos e de gestão adequados às exigências específicas do SCFV;

• Ofertar o SCFV no CRAS somente se o mesmo possuir espaço compatível para tal oferta, preservando-se os espaços considerados imprescindíveis para o bom funcionamento do PAIF;

• No caso da oferta do SCFV em entidade de assistência social, assegurar que estejam localizadas no território de abrangência do CRAS e sejam a ele referenciadas;

• Divulgar amplamente a oferta do SCFV para cada faixa etária, visando mobilizar a população, publicizar os critérios de acesso e dar transparência ao processo de preenchimento das vagas;

• Alimentar e manter atualizado o registro de participação dos usuários no SCFV, por meio do Sistema de Informações do Serviço de Convivência – SISC, disponibilizado pelo MDS;

• Alimentar e manter com regularidade as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da Rede SUAS, componentes dos sistemas de informação e monitoramento, atualizando-os conforme regulação do MDS;

• Habilitar e manter o município no mínimo no nível em gestão básica do SUAS;

• Cumprir com os compromissos estabelecidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2012, aprovada pela Resolução CNAS Nº 33, de 12 de dezembro de 2012.

III. Da Articulação:

• Garantir a articulação da Proteção Social Básica com a Proteção Social Especial promovendo a organização do SUAS;

• Promover a articulação do SCFV com o PAIF, possibilitando o acompanhamento familiar, quando necessário, de modo a garantir a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social;

• Garantir a articulação do SCFV com os demais serviços, programas ou projetos de outras políticas públicas, além de projetos locais existentes no território;

• Designar técnico(s) do CRAS para ser referência ao SCFV e para realização de reuniões periódicas com o profissional responsável por sua execução, bem como as atividades envolvendo as famílias dos usuários.

IV. Da Oferta na Rede Referenciada

• No caso da oferta do SCFV em entidade de assistência social, assegurar que a mesma esteja inscrita no Conselho Municipal (ou do Distrito Federal) de Assistência Social.

• Sempre que o serviço for ofertado por entidade de assistência social fazer constar do instrumento particular de convênio, as seguintes atribuições da entidade:

- Ofertar o SCFV em conformidade com os padrões de qualidade, regras e condições estabelecidas em regulação do MDS;
- Garantir a participação dos profissionais de nível médio e superior nos processos de capacitação conduzidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e em reuniões sistemáticas com o técnico de referência do CRAS;
- Preencher as vagas conforme prioridades definidas pelo órgão gestor e em decorrência de encaminhamento realizado pela equipe de referência do CRAS;
- Fazer-se representar nas discussões com a rede do território de abrangência do CRAS;
- Preencher, com regularidade, instrumentais com informações sobre os usuários e sobre oferta do serviço e encaminhá-los ao órgão gestor;
- Encaminhar as informações ao gestor municipal de assistência social para registro no SISC.

V. Do Acompanhamento e Monitoramento

• Recepcionar equipes do Estado e, ou do MDS, em visitas técnicas "in loco", prestando-lhes as informações necessárias.

• Realizar a supervisão sistemática, acompanhamento e apoio técnico à rede socioassistencial que oferta o SCFV, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

• Comprometo-me com o processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com as regras contidas na Resolução CIT nº 01/2013, que se inicia em 1º de julho de 2013.



- Comprometo-me a identificar as situações de vulnerabilidade e risco presentes no território e atendê-las com prioridade, conforme Resolução CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2013, e suas alterações.

**CLÁUSULA QUARTA
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ao formalizar este aceite, desisto formalmente do cofinanciamento federal para os serviços de proteção social básica para crianças e, ou idosos (PBVI); Projovem Adolescente – serviço socioeducativo (PBVI) e, ou Serviço socioeducativo e de convivência do PETI - (PVMC/PETI)¹.

Aceito ofertar o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com as regras da Resolução CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2013, cofinanciado por meio do Piso Básico Variável.

E, por estar assim de acordo com suas disposições, firmo o presente documento, assinalando o quesito "Li e concordo com todos os compromissos e regras descritas acima", neste Termo de Aceite e Compromisso, disponibilizado no SuasWeb.

¹ Refere-se ao cofinanciamento federal para as ações socioeducativas e de convivência do PETI, destinadas a crianças e adolescentes de 05 a 15 anos, retirados do trabalho infantil.

II. Das Condições da Oferta:

- Planejar a oferta do SCFV de acordo com as demandas e características do território e em observância às situações prioritárias de cada município e Distrito Federal;
- Garantir a oferta para o público definido como prioritário na Resolução CIT nº 01/2013 e possíveis alterações;
- Ofertar o SCFV de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com observância às disposições específicas contidas nos seus respectivos instrumentos normativos e demais diretrizes estabelecidas pelo MDS;
- Possuir pelo menos 01 (um) CRAS em funcionamento, registrado no CADSUAS;
- Garantir espaço físico adequado para a realização das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos, com condições de iluminação, arejamento e limpeza;
- Garantir a quantidade de profissionais necessária para a oferta do SCFV, de acordo com as orientações técnicas expedidas pelo MDS;
- Promover capacitação sistemática dos profissionais responsáveis pela oferta do SCFV;
- Manter em arquivo, durante 5 (cinco) anos, documentação comprobatória das despesas realizadas com a prestação do Serviço, bem como a memória das atividades realizadas, dos critérios de preenchimento das vagas e dos processos de seleção dos profissionais para a população e para as instâncias de controle social;
- Manter em arquivo, durante 5 (cinco) anos, documentação comprobatória das situações prioritárias, com assinatura do técnico responsável pelo encaminhamento;
- Definir horário de funcionamento dos grupos, de acordo com o disposto na Tipificação e em compatibilidade com as atividades a serem desenvolvidas, mantendo esta informação afixada em local visível;
- Disponibilizar, sempre que se fizer necessário, em virtude da distância entre o local de moradia dos usuários e a base física ou local de desenvolvimento das atividades, os meios ou recursos para o deslocamento dos usuários do SCFV.
- Ofertar o SCFV no CRAS, em outras unidades públicas ou em entidades de assistência social, desde que demonstrem capacidade instalada de estrutura física, de recursos humanos e de gestão adequados às exigências específicas do SCFV;



Termo de Aceite e Compromisso – responsabilidades de gestão e compromissos de oferta com qualidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Termo que firma a Secretaria de Assistência Social ou órgão gestor de assistência social do Município ou Distrito Federal, representada pelo Secretário de Assistência Social ou congêneres, com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite do Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos a ser reordenado a partir de 1º de julho de 2013.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Termo de Aceite e Compromisso formaliza as responsabilidades gerais de gestão, relacionadas ao reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e outras responsabilidades específicas do gestor de assistência social, inerentes à oferta, pelos Municípios e DF, do serviço cofinanciado pelo MDS.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS RESPONSABILIDADES DE GESTÃO**

Firmo as seguintes responsabilidades de gestão que decorrem do aceite do cofinanciamento federal, por meio do Piso Básico Variável, para a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV:

I. Do Aceite e Controle Social:

- Manifestar o aceite formal ao cofinanciamento federal para o SCFV por meio deste "Termo de Aceite e Compromisso".
- Dar ciência ao Conselho de Assistência Social do Município e do DF da opção pelo SCFV, cofinanciado por meio do Piso Básico Variável, e suas condições de oferta.

- Ofertar o SCFV no CRAS somente se o mesmo possuir espaço compatível para tal oferta, preservando-se os espaços considerados imprescindíveis para o bom funcionamento do PAIF;
- No caso da oferta do SCFV em entidade de assistência social, assegurar que estejam localizadas no território de abrangência do CRAS e sejam a ele referenciadas;
- Divulgar amplamente a oferta do SCFV para cada faixa etária, visando mobilizar a população, publicizar os critérios de acesso e dar transparência ao processo de preenchimento das vagas;
- Alimentar e manter atualizado o registro de participação dos usuários no SCFV, por meio do Sistema de Informações do Serviço de Convivência – SISC, disponibilizado pelo MDS;
- Alimentar e manter com regularidade as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da Rede SUAS, componentes dos sistemas de informação e monitoramento, atualizando-os conforme regulação do MDS;
- Habilitar e manter o município no mínimo no nível em gestão básica do SUAS;
- Cumprir com os compromissos estabelecidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2012, aprovada pela Resolução CNAS Nº 33, de 12 de dezembro de 2012.

III. Da Articulação:

- Garantir a articulação da Proteção Social Básica com a Proteção Social Especial promovendo a organização do SUAS;
- Promover a articulação do SCFV com o PAIF, possibilitando o acompanhamento familiar, quando necessário, de modo a garantir a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social;
- Garantir a articulação do SCFV com os demais serviços, programas ou projetos de outras políticas públicas, além de projetos locais existentes no território;
- Designar técnico(s) do CRAS para ser referência ao SCFV e para realização de reuniões periódicas com o profissional responsável por sua execução, bem como as atividades envolvendo as famílias dos usuários.

IV. Da Oferta na Rede Referenciada

- No caso da oferta do SCFV em entidade de assistência social, assegurar que a mesma esteja inscrita no Conselho Municipal (ou do Distrito Federal) de Assistência Social.



* Sempre que o serviço for ofertado por entidade de assistência social fazer constar do instrumento particular de convênio, as seguintes atribuições da entidade:

- > Ofertar o SCFV em conformidade com os padrões de qualidade, regras e condições estabelecidas em regulação do MDS;
- > Garantir a participação dos profissionais de nível médio e superior nos processos de capacitação conduzidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e em reuniões sistemáticas com o técnico de referência do CRAS;
- > Preencher as vagas conforme prioridades definidas pelo órgão gestor e em decorrência de encaminhamento realizado pela equipe de referência do CRAS;
- > Fazer-se representar nas discussões com a rede do território de abrangência do CRAS;
- > Preencher, com regularidade, instrumentais com informações sobre os usuários e sobre oferta do serviço e encaminhá-los ao órgão gestor;
- > Encaminhar as informações ao gestor municipal de assistência social para registro no SISC.

V. Do Acompanhamento e Monitoramento

- * Recepcionar equipes do Estado e, ou do MDS, em visitas técnicas "in loco", prestando-lhes as informações necessárias.
- * Realizar a supervisão sistemática, acompanhamento e apoio técnico à rede socioassistencial que oferta o SCFV, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

- * Comprometo-me com o processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com as regras contidas na Resolução CIT nº 01/2013, que se inicia em 1º de julho de 2013.

- * Comprometo-me a identificar as situações de vulnerabilidade e risco presentes no território e atendê-las com prioridade, conforme Resolução CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2013, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA DISPOSIÇÕES FINAIS

Ao formalizar este aceite, desisto formalmente do cofinanciamento federal para os serviços de proteção social básica para crianças e, ou idosos (PBVI); Projovem Adolescente – serviço socioeducativo (PBVI) e, ou Serviço socioeducativo e de convivência do PETI - (PVMC/PETI) ¹.

Aceito ofertar o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com as regras da e Resolução CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2013, cofinanciado por meio do Piso Básico Variável.

E, por estar assim de acordo com suas disposições, firmo o presente documento, assinalando o quesito "LI e concordo com todos os compromissos e regras descritas acima", neste Termo de Aceite e Compromisso, disponibilizado no SuasWeb.

¹ Refere-se ao cofinanciamento federal para as ações socioeducativas e de convivência do PETI, destinadas a crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, retirados do trabalho infantil.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO 08/2013 de 20 de Junho de 2013.

Aprovação do Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social Ano 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária de nº 164, realizada no dia 20 de Junho de 2013, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Rua Luiz Schinnor, 197 – Centro – Araguari, no uso da competência que lhe confere o Artigo 17, parágrafo 4º da Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Considerando que na mencionada reunião houve a apresentação do PLANO DE AÇÃO ANO 2013, com objetivo de demonstrar as ações a serem desenvolvidas com a previsão de atendimento físico (gestão e serviços) e a previsão de financiamento;

Considerando que houve a análise do PLANO DE AÇÃO ANO 2013 pelos conselheiros do CMAS;

RESOLVE:

Aprovar por unanimidade, o PLANO DE AÇÃO - ANO 2013, na forma do anexo que integra esta Resolução, com a observação para alteração da Previsão de Atendimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF de 12.000 para 6.000 atendimentos.

Araguari, 20 de Junho de 2013.

ARIADNE GUIMARÃES GHENOV PIMENTA
Presidente do CMAS



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANO 2013

I. DADOS CADASTRAIS

1. ÓRGÃO PROPONENTE
(prefeitura / governo estadual / governo do DF)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI
Nível de Gestão: Gestão Plena
Porte: GRANDE
CGC/CNPJ: 16.829.640/0001-49
Cidade: ARAGUARI
UF: MG
Endereço: PRAÇA GAIOSO NEVES 129
CEP: 38440-001
Telefone: 34-3690-3025
Fax: 34 - 3690-3025
Email: prefeitura@araguari.mg.gov.br
Prefeito: RAUL JOSE DE BELÉM

1.1 Dados do Responsável

2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
(secretaria ou órgãos congêneres)
SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
CGC/CNPJ: 16.829.640/0001-49
Cidade: ARAGUARI
UF: MG
Endereço: PRAÇA Praça Galoso Neves 19
CEP: 38440-000
Telefone: 34-3690-3063
Fax: 34 - 3690-3063
Email: asocial@araguari.mg.gov.br
Gestor: MIRNA MARES MACHADO VALENTE

2.1 Dados do Gestor

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 16.829.640/0001-49
Vínculo Institucional: Outras Secretarias Municipal/Estadual
Telefone: 34-3690-3063
Ato de Criação: LEI
Número Ato: 3194
Data Assinatura: 16/05/1997
Data Publicação: 16/05/1997

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Cidade: ARAGUARI
UF: MG
Endereço: RUA LUIZ SHIONOR 197



CEP: 38440-002

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início Mandato	Fim Mandato
983.479.267-00	ARIADNE G. PIMENTA	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE	21/09/2011	21/09/2013
323.131.446-15	Marcelino Bispo e Filho	VICE-PRESIDENTE	21/09/2011	21/09/2013
631.539.476-00	GASPAR V. DA LIMA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	21/09/2011	21/09/2013
402.643.861-91	MARIA AP. N. PERES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	21/09/2011	21/09/2013
460.674.006-00	MARIA CANDIDA VIEIRA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	21/09/2011	21/09/2013
557.504.786-53	SÂNDRA S RODRIGUES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	21/09/2011	21/09/2013
394.723.456-20	Sérgio Luiz Peixoto de Souza	CONSELHEIRO(A) TITULAR	21/09/2011	21/09/2013

II. PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO

1. GESTÃO

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas
Gestão		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família		
Fator de operação do PBF - IGD-M		0,75
Taxa - Qualidade Cadastral	0,83	0,85
Taxa - Atualização Cadastral	0,64	0,66
Taxa - Frequência Escolar	0,73	0,78
Taxa - Agenda Saúde	0,69	0,72
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social		
IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social		0,69
ID CRAS Médio	0,50	0,63
Execução Financeira	0,89	0,92

Macro Ações onde serão aplicados os Recursos

- IGD-PBF - Cadastramento Famílias/Gestão do Cadastro. Sim
- IGD-PBF - Gestão de Benefícios. Sim
- IGD-PBF - Gestão de Condicionais. Sim
- IGD-PBF - Articulação Intersetorial. Sim
- IGD-PBF - Implementação das Ações de Desenvolvimento das Famílias Beneficiárias. Sim
- IGD-PBF - Acompanhamento e Execução de Procedimentos de controle. Sim
- IGD-PBF - Ações/Atividades de apoio ao Controle Social do PBF. Sim
- IGD-SUAS - Gestão de serviços. Sim
- IGD-SUAS - Gestão e organização do SUAS e da rede de serviços socioassistenciais. Sim
- IGD-SUAS - Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistenciais. Sim
- IGD-SUAS - Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família, com o Plano Brasil Sem Miséria e com o Programa BPC na Escola. Sim
- IGD-SUAS - Gestão do trabalho e educação permanente na assistência social. Sim
- IGD-SUAS - Gestão da informação e dos instrumentos utilizados. Sim

Macro Ações onde serão aplicados os Recursos

- para administrá-la
- IGD-SUAS - Implementação da vigilância socioassistencial. Sim
 - IGD-SUAS - Monitoramento do SUAS. Sim
 - IGD-SUAS - Gestão financeira dos fundos de assistência social. Sim
 - IGD-SUAS - Apoio ao Controle Social. Sim

2. SERVIÇOS

Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)			
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	15.000	12.000
Proteção Social Especial			
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI			
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	Criança / Adolescente identificada em situação de trabalho		169
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias			
Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados no CREAS e Centro Pop)	Família e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos		512
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Idosos		135
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Pessoas com deficiência		80
Serviços de Acolhimento			
Piso de Alta Complexidade I	Criança / Adolescente		25
Piso de Alta Complexidade I	Idosos		70
Piso de Alta Complexidade I	Jovens		18
Piso de Alta Complexidade I	Mulher em situação de violência		5

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

1. GESTÃO

Incentivo	Serviço	Valor Financeiro
Gestão		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família		
Fator de operação do PBF - IGD-M		R\$ 20.575,91
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social		
IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social		R\$ 3.652,03

2. SERVIÇOS

Serviço	Piso	Valor Financeiro
Proteção Social Básica		
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)		
Piso Básico Fixo		R\$ 27.000,00
Proteção Social Especial		
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI		
Piso Variável de Média Complexidade - PETI		R\$ 4.000,00
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias		
Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados no CREAS e Centro Pop)		R\$ 17.400,00
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias		
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)		R\$ 7.676,60
Serviços de Acolhimento		
Piso de Alta Complexidade I		R\$ 9.000,00

IV. RESUMO EXECUTIVO

Item	Valor
1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS(anoal):	R\$ 1.080.654,45
2. Recursos próprios a serem alocados no fundo(anoal):	R\$ 2.662.499,30
3. Recursos a serem transferidos do FEAS(anoal):	R\$ 283.061,88
4. Total de recursos do fundo municipal para o exercício:	R\$ 4.026.215,63

V. DECLARAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO 09/2013, 20 de Junho de 2013

Aprovação do Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão Financeira do Piso Mineiro de Assistência Social e de Atendimento ao Migrante referente ao mês de Maio/2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária de nº 164, realizada no dia 20 de Junho de 2013, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Rua Luiz Schinnor, 197 – Centro – Araguari, no uso da competência que lhe confere o Artigo 17, parágrafo 4º da Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Considerando que a Secretaria do Trabalho e Ação Social, por intermédio da Secretária do Trabalho e Ação Social Mirna Mares Valente enviou a este Conselho o Relatório Consolidado do SIM SUAS, referente ao mês de Maio de 2013, conforme critérios deliberados na reunião ordinária do dia 16/05/2013, que prevê a assinatura de pelo menos um dos responsáveis por cada CRAS no referido Relatório.

Considerando que o os membros deste Conselho analisou os Relatórios do SIM SUAS (Sistema de Informação e Monitoramento do Sistema Único da Assistência Social) referente ao mês de Maio /2013, na forma do anexo que integra esta Resolução.

RESOLVE:

Aprovar, por unanimidade, o Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão Financeira do Piso Mineiro de Assistência Social e de Atendimento ao Migrante referente ao mês de Maio/2013.

Araguari, 20 de Junho de 2013.

ARIADNE GUIMARÃES GHENOV PIMENTA
Presidente do CMAS



SISTEMA DE INFORMAÇÃO E MONITORAMENTO DO SUAS DE MINAS GERAIS - SIM

CONSOLIDADO RELATÓRIO SIMSUAS - MAIO/2013

Table with columns: QUESTÃO, CRAS 1, CRAS 2, CRAS 3, CRAS 4, TOTAL. Rows include: FAMILIAS ACOMPANHADAS CRAS, FAMILIAS INSERIDAS, 1.1 - ATIVIDADES OFERTADAS, 1.2 - O PAIF É COFINANCIADO COM RECURSO DO?, 2 - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, 3 - SERVIÇO DE PSB NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS.

Table with columns: 4 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS, 4.1 - TIPOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, 4.2 - OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS SÃO COFINANCIADOS COM RECURSO DO?. Rows include: AUXÍLIO NATALIDADE, AUXÍLIO FUNERAL, OUTROS, CALAMIDADE PÚBLICA, VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA.

Handwritten signature of CRAS 1

Handwritten signature of Natália P. Farina Borges, Psicóloga - CRP 28.099/04

Handwritten signature of Christiane Alves Oliva, Assistente Social CRESS/MG: 6528

Handwritten signature of Jurema Póvoa S. Silva, Coordenadora CRAS IV B. Santa Terezinha

Screenshot of the SUAS-MG web interface showing a questionnaire form for 'Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Básica - PSB no âmbito do SUAS' for May 2013.

http://www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuesti... 20/06/2013

Screenshot of the SUAS-MG web interface showing the 'DEFICIÊNCIA E IDOSOS' section of the questionnaire, including sub-sections for '3.1. O SPSB NO DOMICÍLIO PCD E IDOSOS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?' and '4. BENEFÍCIOS EVENTUAIS'.

http://www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuesti... 20/06/2013



SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais Página 1 de 4

SUAS-MG

Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

Indicadores Sociais
Gestão Assistência Social
Cadastro Único
CRAS
CREAS
Serviços Socioassistenciais
Questionários
- PSE/PAEF
Respostas
Suporte Técnico
SAR

Usuário autorizado:
**ARADNE GUIMARÃES
GRENOV PIMENTA**

Último acesso: 20/06/2013
E-mail para recebimento de notificações:
adneghano@stnma.c. gov.br

Teléfono de contato:
(34)3542-3514
ARAGUARI, MINAS GERAIS

**GOVERNO
DE MINAS**

Município:

Município: Questionários:

Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Especial - PSE no âmbito do SUAS.

Mês de Referência: 05/2013

Este questionário contém todos os serviços de PSE, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Res CNAAS nº 109-11/12/2009). O objetivo deste questionário é coletar todos os serviços ofertados no seu município, independentemente do financiamento, seja, federal, estadual ou municipal. O importante é registrar, qual ou quais, dos serviços ofertados estão financiados com o recurso do Plano Plurianual de Assistência Social ou com o Saneamento. Caso o município não oferte algum ou nenhum desses serviços de PSE, os campos deverão ser preenchidos com zeros e o cofinanciamento NÃO.

1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI

	RESPOSTA
Informe o número total de casas (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI, no mês de referência:	39
Informe o número total de casas (famílias ou indivíduos) em acompanhamento do PAEFI, no mês de referência:	37

1.1. ATIVIDADES OFERTADAS NO CREAS NO MÊS DE REFERÊNCIA:

	RESPOSTA
Visita domiciliar	0
Acolhida e avaliação social	0
Atendimento psicossocial	0
Estudo Social (Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar)	0
Orientação Jurídica Social	0
Elaboração de Relatório de Acompanhamento	0
Ações de Mobilização e Envolvimento	0
Acompanhamento de Encaminhamentos	0
Articulação com a Rede Socioassistencial	0

1.2. SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS ATENDIDOS NO CREAS

	RESPOSTA
Crianças vítimas de violência intrafamiliar (faixa no psicossocial)	2
Adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (faixa no psicossocial)	3
Crianças vítimas de abuso sexual	1
Adolescentes vítimas de abuso sexual	0
Crianças vítimas de exploração sexual	0
Adolescentes vítimas de exploração sexual	0
Crianças vítimas de negligência/abandono	0
Adolescentes vítimas de negligência/abandono	3
Crianças em situação de trabalho infantil	0
Adolescentes em situação de trabalho infantil	0
Pessoas vítimas de violência intrafamiliar	0
Pessoas vítimas de negligência/abandono	0
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar	0
Pessoas com deficiência vítimas de negligência/abandono	1
Mulheres vítimas de violência intrafamiliar	0
Indivíduos em Situação de Rua	0
Informe o número total de situações de violência ou violação de direitos atendidas no CREAS, no mês de referência:	47

<http://www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuesti...> 20/06/2013

SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais Página 2 de 4

1.3. O PAEFI É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
PAEFI - Recurso Municipal	0
PAEFI - Recurso Estadual	0
PAEFI - Recurso Federal	0

2. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos (crianças e adolescentes) identificados e acompanhados no Serviço de Abordagem Social (trabalho infantil, exploração sexual), no mês de referência:	169

2.1. O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Abordagem Social - Recurso Municipal	0
Abordagem Social - Recurso Estadual	0
Abordagem Social - Recurso Federal	0

3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS - LA E PSC

	RESPOSTA
Informe o número total de adolescentes e jovens em acompanhamento no serviço, no mês de referência:	48
Informe o número total de adolescentes e jovens em cumprimento de Obrigações Assistenciais:	1
Informe o número total de adolescentes e jovens em cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário:	40

3.1. O SERVIÇO DE LA E PSC É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
LA e PSC - Recurso Municipal	0
LA e PSC - Recurso Estadual	0
LA e PSC - Recurso Federal	0

4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS E SUAS FAMÍLIAS:

	RESPOSTA
Informe o número total de pessoas com deficiência e idosos identificados e acompanhados no serviço, no mês de referência:	0

4.1. O SERVIÇO DE PSE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
SPSE PCD e Idosos - Recurso Municipal	0
SPSE PCD e Idosos - Recurso Estadual	0
SPSE PCD e Idosos - Recurso Federal	0

5. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos (jovens, adultos, idosos, famílias) em acompanhamento no serviço, no mês de referência:	30

5.1. O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço Especial: Pessoas em Situação de Rua - Recurso Municipal	0
Serviço Especial: Pessoas em Situação de Rua - Recurso Estadual	0
Serviço Especial: Pessoas em Situação de Rua - Recurso Federal	0

6. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos acolhidos, no mês de referência:	15
Crianças e adolescentes	0
Adultos e famílias	0
Mulheres em situação de violência	0
Jovens e adultos com deficiência	0

<http://www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuesti...> 20/06/2013

SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais Página 3 de 4

6.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Municipal	0
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Estadual	0
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Federal	0

7. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA:

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos (jovens, adultos) acolhidos, no mês de referência:	0

7.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Municipal	0
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Estadual	0
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Federal	0

8. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOlhEDORA:

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos (crianças e adolescentes) acolhidos, no mês de referência:	0

8.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOlhEDORA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Municipal	0
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Estadual	0
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Federal	0

9. SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS:

	RESPOSTA
Informe o número total de famílias e indivíduos acolhidos e protegidos atingidos por situações de emergência e calamidade pública no mês de referência:	1
Informe o número total de alojamentos provisórios instituídos para proteção das famílias e indivíduos em situações de emergência e calamidade pública, no mês de referência:	1

9.1. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Municipal	0
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Estadual	0
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Federal	0

10. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO AO MIGRANTE:

	RESPOSTA
No mês de referência qual foi o total de pessoas atendidas no serviço?	138
Quantas pessoas receberam passeio em transporte rodoviário ou ferroviário?	78
Quantas pessoas receberam acolhimento provisório?	80
Quantas pessoas receberam alimentação?	80

10.1. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO AO MIGRANTE É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

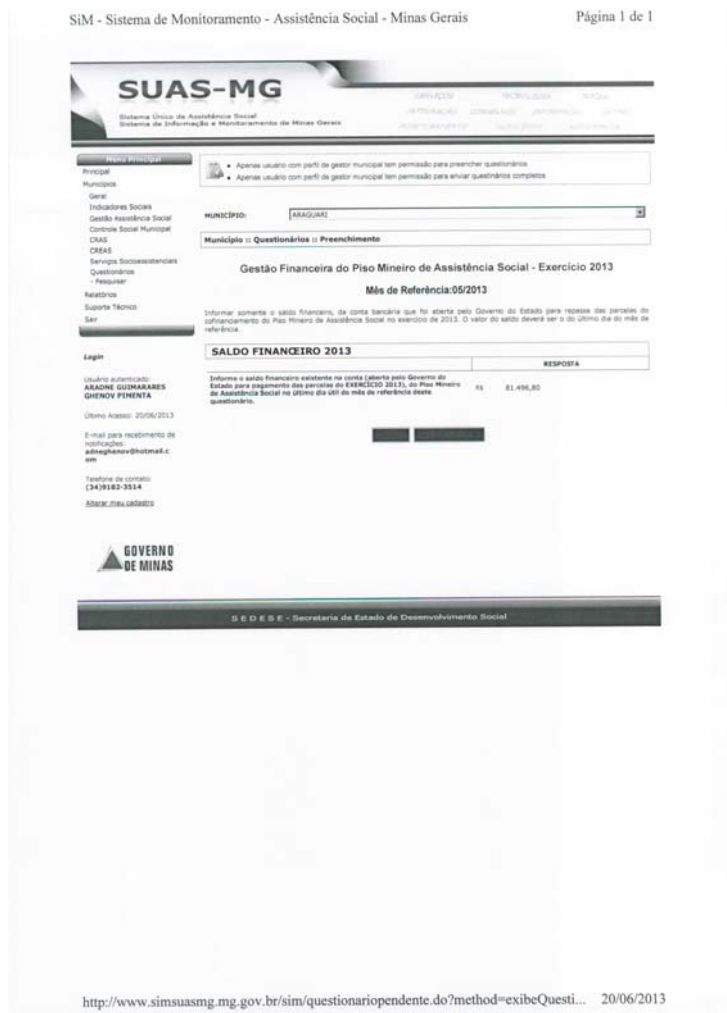
	RESPOSTA
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Municipal	0
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Estadual	0
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Federal	0

<http://www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuesti...> 20/06/2013

SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais Página 4 de 4

S E D E S S - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

<http://www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuesti...> 20/06/2013



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 10/2013, 18 de Julho de 2013**

Aprovação do Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão Financeira do Piso Mineiro de Assistência Social e de Atendimento ao Migrante referente ao mês de Junho/2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária de nº 168, realizada no dia 18 de Julho de 2013, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Rua Luiz Schinnor, 197 – Centro – Araguari, no uso da competência que lhe confere o Artigo 17, parágrafo 4º da Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Considerando que a Secretaria do Trabalho e Ação Social enviou a este Conselho o Relatório Consolidado do SIM SUAS, referente ao mês de Junho de 2013.

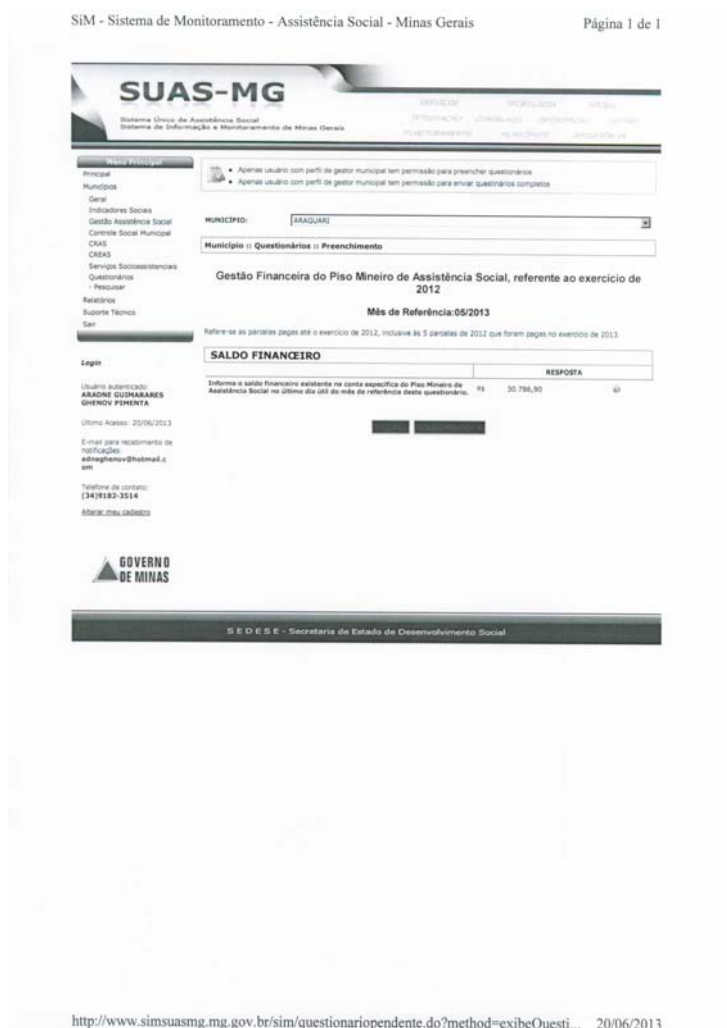
Considerando que os membros deste Conselho analisou os Relatórios do SIM SUAS (Sistema de Informação e Monitoramento do Sistema Único da Assistência Social) referente ao mês de Junho /2013, na forma do anexo que integra esta Resolução.

RESOLVE:

Aprovar, por unanimidade, o Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão Financeira do Piso Mineiro de Assistência Social e de Atendimento ao Migrante referente ao mês de Junho/2013.

Araguari, 18 de Julho de 2013.

ARIADNE GUIMARÃES GHENOV PIMENTA
Presidente do CMAS





15/07/13 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

SUAS-MG

Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

SERVIÇOS: TECNOLOGIA SOCIAL
INTEGRAÇÃO CENSOVIGS INFORMAÇÃO GESTÃO
MONITORAMENTO INDICADORES ASSISTÊNCIA

Menu Principal

- Principal
- Municípios
- Geral
- Indicadores Sociais
- Gestão Assistência Social
- Controle Social Municipal
- CRAS
- CREAS
- Serviços Socioassistenciais
- Questionários
- Pesquisar
- Relatórios
- Suporte Técnico
- Sair

• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
• Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: ARAGUARI

Município :: Questionários :: Preenchimento

Gestão Financeira serviço de "Atendimento ao migrante"

Mês de Referência: 06/2013

GESTÃO FINANCEIRA

	RESPOSTA
Informe o saldo financeiro existente na conta específica do serviço "MIGRANTE" no último dia útil do mês de referência deste questionário	R\$ 41.229,84

Login

Usuário autenticado: **MIRMA MARES MACHADO VALENTE**
Último Acesso: 15/07/2013
E-mail para recebimento de notificações: asocial@araguari.mg.gov.br
Telefone de contato: (34)3690-3063
[Alterar meu cadastro](#)

GOVERNO DE MINAS

SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do

15/07/13 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

SUAS-MG

Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

SERVIÇOS: TECNOLOGIA SOCIAL
INTEGRAÇÃO CENSOVIGS INFORMAÇÃO GESTÃO
MONITORAMENTO INDICADORES ASSISTÊNCIA

Menu Principal

- Principal
- Municípios
- Geral
- Indicadores Sociais
- Gestão Assistência Social
- Controle Social Municipal
- CRAS
- CREAS
- Serviços Socioassistenciais
- Questionários
- Pesquisar
- Relatórios
- Suporte Técnico
- Sair

• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
• Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: ARAGUARI

Município :: Questionários :: Preenchimento

Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Especial - PSE no âmbito do SUAS.

Mês de Referência: 06/2013

Este questionário contém todos os serviços da PSE, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Res.CNAS Nº 109-11/11/2009). O objetivo deste questionário é conhecer todos os serviços ofertados no seu município, independente do cofinanciamento seja: federal, estadual ou municipal. O importante é ressaltar, qual ou quais, dos serviços ofertados serão cofinanciados com o recurso do Piso Mineiro de Assistência Social ou com a Série Histórica. Caso o município não ofereça algum ou nenhum destes serviços da PSE, os campos deverão ser preenchidos com meta zero 0 e o cofinanciamento NÃO.

1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI

	RESPOSTA
Informe o número total de casos (famílias ou indivíduos) em ACOMPANHAMENTO pelo PAEFI, no mês de referência:	20
Informe o número total de casos (famílias ou indivíduos) INSERIDOS no acompanhamento do PAEFI, no mês de referência:	11

1.1. ATIVIDADES OFERTADAS NO CREAS NO MÊS DE REFERÊNCIA:

	RESPOSTA
Visita domiciliar	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Acolhida e avaliação social	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Atendimento psicossocial	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

GOVERNO DE MINAS

www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuestionarioEterno&id=152831

15/07/13 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

SUAS-MG

Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

SERVIÇOS: TECNOLOGIA SOCIAL
INTEGRAÇÃO CENSOVIGS INFORMAÇÃO GESTÃO
MONITORAMENTO INDICADORES ASSISTÊNCIA

Menu Principal

- Principal
- Municípios
- Geral
- Indicadores Sociais
- Gestão Assistência Social
- Controle Social Municipal
- CRAS
- CREAS
- Serviços Socioassistenciais
- Questionários
- Pesquisar
- Relatórios
- Suporte Técnico
- Sair

• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
• Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: ARAGUARI

Município :: Questionários :: Preenchimento

Gestão Financeira do Piso Mineiro de Assistência Social, referente ao exercício de 2012

Mês de Referência: 06/2013

Refere-se as parcelas pagas até o exercício de 2012, inclusive às 5 parcelas de 2012 que foram pagas no exercício de 2013.

SALDO FINANCEIRO

	RESPOSTA
Informe o saldo financeiro existente na conta específica do Piso Mineiro de Assistência Social no último dia útil do mês de referência deste questionário.	R\$ 28.380,05

Login

Usuário autenticado: **MIRMA MARES MACHADO VALENTE**
Último Acesso: 15/07/2013
E-mail para recebimento de notificações: asocial@araguari.mg.gov.br
Telefone de contato: (34)3690-3063
[Alterar meu cadastro](#)

GOVERNO DE MINAS

SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuestionarioEterno&id=154621

15/07/13 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

Sim Não

Estudo Social (Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar) Sim Não

Orientação Jurídica Social Sim Não

Elaboração de Relatório de Acompanhamento. Sim Não

Ações de Mobilização e Enfrentamento. Sim Não

Acompanhamento de Encaminhamentos. Sim Não

Articulação com a Rede Socioassistencial. Sim Não

1.2. SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS ATENDIDOS NO CREAS

	RESPOSTA
Crianças vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	3
Adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica).	0
Crianças vítimas de abuso sexual.	1
Adolescentes vítimas de abuso sexual.	0
Crianças vítimas de exploração sexual.	0
Adolescentes vítimas de exploração sexual.	0
Crianças vítimas de negligência/abandono	6
Adolescentes vítimas de negligência/abandono	1
Crianças em situação de trabalho infantil	0
Adolescentes em situação de trabalho infantil	0
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar	18
Pessoas idosas vítimas de negligência/abandono	11
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar	8
Pessoas com deficiência vítimas de negligência/abandono	4
Mulheres vítimas de violência intrafamiliar	10
Indivíduos em Situação de Rua	0
Informe o número total de situações de violências ou violações de direitos atendidos no CREAS, no mês de referência:	37

1.3. O PAEFI É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
PAEFI - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
PAEFI - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
PAEFI - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

GOVERNO DE MINAS

www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuestionarioEterno&id=152831



150713 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

Sim Não

2. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

RESPOSTA	
Informe o número total de indivíduos (crianças e adolescentes) identificadas e acompanhadas no Serviço de Abordagem Social (trabalho infantil, exploração sexual), no mês de referência:	0

2.1. O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA	
Abordagem Social - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Abordagem Social - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Abordagem Social - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS - LA E PSC

RESPOSTA	
Informe o número total de adolescentes e jovens em acompanhamento no serviço, no mês de referência:	47
Informe o número total de adolescentes e jovens em cumprimento de Liberdade Assistida:	1
Informe o número total de adolescentes e jovens em cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário:	46

3.1. O SERVIÇO DE LA E PSC É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA	
LA e PSC - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
LA e PSC - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
LA e PSC - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS E SUAS FAMÍLIAS:

RESPOSTA	
Informe o número total de pessoas com deficiência e idosos identificados e acompanhados no serviço, no mês de referência:	0

4.1. O SERVIÇO DE PSE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

www.simuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuestionarioEterno&id=152831 36

150713 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

Jovens entre 18 e 21 anos 0

Adultos e famílias 0

Informe o número total de indivíduos (pessoas, jovens, adultos) acolhidos, no mês de referência, 0

7.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA	
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não

8. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

RESPOSTA	
Crianças de 0 a 12 anos	0
Adolescentes de 13 a 17 anos	0
Informe o número total de indivíduos (crianças e adolescentes) acolhidos, no mês de referência,	0

8.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA	
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não

9. SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS:

RESPOSTA	
Informe o número total de famílias e indivíduos apolados e protegidos atingidos por situações de emergência e calamidade pública no mês de referência.	0
Informe o número total de alojamentos provisórios instituídos para proteção das famílias e indivíduos por situações de emergência e calamidade pública, no mês de referência:	0

9.1. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

www.simuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuestionarioEterno&id=152831 56

150713 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

SPSE PCD e Idosas - Recurso Municipal Sim Não

SPSE PCD e Idosas - Recurso Estadual Sim Não

SPSE PCD e Idosas - Recurso Federal Sim Não

5. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

RESPOSTA	
Informe o número total de indivíduos (jovens, adultos, idosos, famílias) em acompanhamento no serviço, no mês de referência:	31

5.1. O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA	
Serviço Espec. Pessoas em Situação de Rua - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Espec. Pessoas em Situação de Rua - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Espec. Pessoas em Situação de Rua - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

6. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

RESPOSTA	
Idosos	0
Informe o número total de indivíduos acolhidos, no mês de referência,	0
Crianças e adolescentes	0
Adultos e famílias	0
Mulheres em situação de violência	0
Jovens e adultos com deficiência	0

6.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA	
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

7. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA:

RESPOSTA	
Idosos	0

www.simuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuestionarioEterno&id=152831 46

150713 SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Municipal Sim Não

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Estadual Sim Não

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Federal Sim Não

10. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO AO MIGRANTE:

RESPOSTA	
No mês de referência qual foi o total de pessoas atendidas no serviço?	140
Quantas pessoas receberam passes em transporte rodoviário ou ferroviário?	56
Quantas pessoas receberam acolhimento provisório?	84
Quantas pessoas receberam alimentação?	84

10.1. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO AO MIGRANTE É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA	
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

www.simuasmg.mg.gov.br/sim/questionariopendente.do?method=exibeQuestionarioEterno&id=152831 66



15/07/13 - SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

SUAS-MG

Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

Menu Principal

- Principal
- Municípios
- Gerar
- Indicadores Sociais
- Gestão Assistência Social
- Controle Social Municipal
- CRAS
- CREAS
- Serviços Socioassistenciais
- Questionários
- Pesquisar
- Relatórios
- Suporte Técnico
- Sair

• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
• Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: ARAGUARI

Município :: Questionários :: Preenchimento

Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Básica - PSB no âmbito do SUAS.

Mês de Referência: 06/2013

Este questionário contém todos os serviços da PSB, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Res.CNAS Nº 109-11/11/2009). O objetivo deste questionário é conhecer todos os serviços ofertados no seu município, independente do cofinanciamento seja: federal, estadual ou municipal. O importante é ressaltar, qual ou quais, dos serviços ofertados serão cofinanciados com o recurso do Piso Mineiro de Assistência Social ou com a Série Histórica. Caso o município não ofereça algum destes serviços da PSB, os campos deverão ser preenchidos com meta 0 (zero) e o cofinanciamento não.

1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Informe o número total de famílias em ACOMPANHAMENTO pelo PAIF, no mês de referência:

Informe o número total de famílias INSERIDAS no PAIF, no mês de referência:

1.1. ATIVIDADES OFERTADAS NO CRAS NO MÊS DE REFERÊNCIA:

Atividade	Sim	Não
Acolhida	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visita Domiciliar	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Busca ativa	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhamento prioritário de famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF.	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

15/07/13 - SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

Oficina/grupos de convivência com famílias: Sim Não

Acompanhamento prioritário de famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC e Benefícios Eventuais: Sim Não

Articulação e gestão do território: Sim Não

Orientação/encaminhamento para inserção no BPC: Sim Não

Encaminhamento das famílias para inserção no Cadastro Único: Sim Não

1.2. O PAIF É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

Recurso	Sim	Não
PAIF - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
PAIF - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
PAIF - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV:

Informe o número total de indivíduos atendidos no SCFV, no mês de referência:

Crianças de até 6 anos:

Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos:

Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos:

Idosos:

2.1. O SCFV É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

Recurso	Sim	Não
SCFV - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
SCFV - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
SCFV - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS.

Pessoas com deficiência:

Idosos:

Informe o número total de pessoas com deficiência e idosos identificados e acompanhados no serviço, no mês de referência:

3.1. O SPSB NO DOMICÍLIO PCD E IDOSOS É

15/07/13 - SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais

COFINANCIADO COM RECURSO DO?

Recurso	Sim	Não
SPSB Domicílio PCD e Idosos - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
SPSB Domicílio PCD e Idosos - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
SPSB Domicílio PCD e Idosos - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Informe o número total de indivíduos atendidos em Benefícios Eventuais, no mês de referência:

4.1. TIPOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Tipo	Sim	Não
Auxílio natalidade:	<input type="text" value="10"/>	<input type="text" value="0"/>
Auxílio funeral:	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="32"/>
Outros:	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Calamidade Pública	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Vulnerabilidade Temporária	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="42"/>

Informe o número total de benefícios eventuais que foram ofertados no mês de referência:

4.2. OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS SÃO COFINANCIADOS COM RECURSO DO?

Recurso	Sim	Não
Benefício Eventual - Recurso Municipal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Benefício Eventual - Recurso Estadual	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Benefício Eventual - Recurso Federal	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

S.E.D.E.S.E. - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO 11/2013, 14 de agosto de 2013

Reprovar o Termo de Aceite para expansão e qualificação dos Serviços Socioassistenciais do ano de 2013 do cofinanciamento federal, do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Centro Pop e Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária de nº 171, realizada no dia 14 de Agosto de 2013, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Rua Luiz Schinnor, 197 – Centro – Araguari, no uso da competência que lhe confere o Artigo 17, parágrafo 4º da Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Considerando a Resolução do CNAS nº 09, de 18/04/2013, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua.

Considerando a Resolução CIT nº 5, de 08 de Junho de 2011, que padroniza prazos para a demonstração da implantação dos equipamentos públicos e da prestação dos serviços socioassistenciais e dá outras providências.

Considerando que o órgão gestor municipal de assistência social, por intermédio da Secretaria do Trabalho e Ação Social informa que não dispõe da infraestrutura necessária para implementar estes serviços, visto que o Serviço de Acolhimento para pessoas de Rua deve ser executado em equipamento social público, bem como a expansão qualificada dos Serviços Socioassistenciais estão vinculados e não podem ser aceitos em separados.

RESOLVE:

Reprovar, por unanimidade, o Termo de Aceite do Centro POP, para ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em situação de Rua; Abordagem Social, oferta de Serviço Especializado com equipe técnica referenciado no CREAS e/ou no Centro POP e Acolhimento Pop Rua, serviço de Acolhimento para pessoas em situação de rua. Araguari, 14 de Agosto de 2013. **ARIADNE GUIMARÃES GHENOV PIMENTA** - Presidente do CMAS



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito/html/apresentademostr...>

Projeção Social Básica
Projeção Social Especial
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ

1. RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013

1.1 Saldo no começo corrente 2013 em 21/12/2012
1.2 Saldo em contas correntes anteriores a 2013 (aberto entre 2002 e 2012)

Tipos de conta	Agência	Conta corrente	Saldo de conta corrente em 21/12/2012

2. Recursos recebidos pelo órgão

2.1 Recursos recebidos pelo órgão de origem
2.2 Recursos recebidos pelo órgão de origem - Considerar os valores creditados à conta de ordem no período de 01/01/2012 a 31/12/2012
2.3 Rendimentos advindos no exercício de 2012 em decorrência da aplicação financeira das contas correntes anteriormente habilitadas
2.4 Restos para o exercício de 2012
3. EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2013

3.1 Valores pagos no exercício de 2013 com recursos federais (Incluídos os valores pagos com saldo reprogramado e não transferido anteriormente em razão e pagar)
3.1.1 Com pessoal contratado, valores pagos com recursos federais (Art. 4º do LDB e Resolução nº 20/2011 - SUPRE DO APROVEITAMENTO)
3.1.2 Com pessoal contratado (desempenho) para atender os serviços programados, pagos com recursos federais
3.1.3 Com contratação e aquisição de insumos (desempenho) com finalidade educativa em serviços programados, pagos com recursos federais
3.1.4 Com contratação de serviços programados e outros despesas creditadas em serviços programados, com recursos federais, de acordo com o valor pago pelos valores desatados nos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3
3.2 Valores desatados das contas correntes creditadas em serviços programados em 2012, referentes aos recursos federais
3.3 Valores desatados das contas correntes creditadas em serviços programados em 2012, referentes aos recursos federais
4. SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO

4.1 Saldo financeiro no começo corrente 2013 em 21/12/2012
4.2 Saldo financeiro em contas correntes anteriores a 2013 (aberto entre 2002 e 2012)

Tipos de Conta	Agência	Conta corrente	Saldo de Conta Corrente em 21/12/2012

5. REPROGRAMAÇÃO

5.1 Saldo percentual de reprogramação: Valor contido e não parcelado de reprogramação. O valor que não apresenta a rubrica administrativa não poderá ser utilizado, segundo a Lei nº 11.527/07

Tela de Execução Financeira

Execução Financeira
Resumo Execução
Contabilidade de Base

2 de 3 01/08/2013 15:31

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito/html/apresentademostr...>

Projeção Social Básica
Projeção Social Especial
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ

1. RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013

1.1 Saldo no começo corrente 2013 em 21/12/2012
1.2 Saldo em contas correntes anteriores a 2013 (aberto entre 2002 e 2012)

Tipos de conta	Agência	Conta corrente	Saldo de conta corrente em 21/12/2012

2. Recursos recebidos pelo órgão

2.1 Recursos recebidos pelo órgão de origem
2.2 Recursos recebidos pelo órgão de origem - Considerar os valores creditados à conta de ordem no período de 01/01/2012 a 31/12/2012
2.3 Rendimentos advindos no exercício de 2012 em decorrência da aplicação financeira das contas correntes anteriormente habilitadas
2.4 Restos para o exercício de 2012
3. EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2013

3.1 Valores pagos no exercício de 2013 com recursos federais (Incluídos os valores pagos com saldo reprogramado e não transferido anteriormente em razão e pagar)
3.1.1 Com pessoal contratado, valores pagos com recursos federais (Art. 4º do LDB e Resolução nº 20/2011 - SUPRE DO APROVEITAMENTO)
3.1.2 Com pessoal contratado (desempenho) para atender os serviços programados, pagos com recursos federais
3.1.3 Com contratação e aquisição de insumos (desempenho) com finalidade educativa em serviços programados, pagos com recursos federais
3.1.4 Com contratação de serviços programados e outros despesas creditadas em serviços programados, com recursos federais, de acordo com o valor pago pelos valores desatados nos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3
3.2 Valores desatados das contas correntes creditadas em serviços programados em 2012, referentes aos recursos federais
3.3 Valores desatados das contas correntes creditadas em serviços programados em 2012, referentes aos recursos federais
4. SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO

4.1 Saldo financeiro no começo corrente 2013 em 21/12/2012
4.2 Saldo financeiro em contas correntes anteriores a 2013 (aberto entre 2002 e 2012)

Tipos de Conta	Agência	Conta corrente	Saldo de Conta Corrente em 21/12/2012

5. REPROGRAMAÇÃO

5.1 Saldo percentual de reprogramação: Valor contido e não parcelado de reprogramação. O valor que não apresenta a rubrica administrativa não poderá ser utilizado, segundo a Lei nº 11.527/07

Tela de Execução Financeira

Execução Financeira
Resumo Execução
Contabilidade de Base

2 de 3 01/08/2013 15:20

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito/html/apresentademostr...>

IGD PBF Físico Financeiro

Ação Orçamentária / Taxas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fator 1 do IGD - Índice de Gestão Descentralizada PBF	0,88	0,73	0,73	0,73	0,74	0,80	0,77	0,73	0,72	0,72	0,72	0,72
Taxa - Frequência Escolar	0,75	0,75	0,75	0,75	0,76	0,78	0,69	0,69	0,67	0,67	0,68	0,68
Taxa - Agenda Saúde	0,55	0,76	0,76	0,76	0,76	0,76	0,76	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57
Taxa - Qualidade Cadastral	0,77	0,77	0,75	0,75	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa - Avaliação Cadastral	0,64	0,64	0,67	0,67	0,67	0,65	0,64	0,64	0,64	0,64	0,64	0,64
Financeiro	23.953,28	0,00	26.136,18	13.545,03	13.545,03	13.735,80	17.154,80	0,00	16.401,39	30.885,73	15.336,36	

1. RECURSOS DE INCENTIVO À GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD

1.1 Recursos reprogramados de exercícios anteriores
1.2 Valores recebidos no exercício
1.3 Rendimentos de aplicações no mercado financeiro no exercício
1.4 Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo de Assistência Social (Municipal ou Estadual)
1.5 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social
1.6 Valores efetivamente executados no exercício
1.7 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte

Salvar IGD Físico Financeiro

Finalizar Dem. Gestão PBF Visualizar Dem. Gestão PBF

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Versão 1.12.0
© 2011 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

2 de 2 01/08/2013 16:23

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito/html/apresentademostr...>

Projeção Social Básica
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ
PROJ PROJ DE MÍDIA COMPLEMENTAR - PROJ

1. RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013

1.1 Saldo no começo corrente 2013 em 21/12/2012
1.2 Saldo em contas correntes anteriores a 2013 (aberto entre 2002 e 2012)

Tipos de conta	Agência	Conta corrente	Saldo de conta corrente em 21/12/2012

2. Recursos recebidos pelo órgão

2.1 Recursos recebidos pelo órgão de origem
2.2 Recursos recebidos pelo órgão de origem - Considerar os valores creditados à conta de ordem no período de 01/01/2012 a 31/12/2012
2.3 Rendimentos advindos no exercício de 2012 em decorrência da aplicação financeira das contas correntes anteriormente habilitadas
2.4 Restos para o exercício de 2012
3. EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2013

3.1 Valores pagos no exercício de 2013 com recursos federais (Incluídos os valores pagos com saldo reprogramado e não transferido anteriormente em razão e pagar)
3.1.1 Com pessoal contratado, valores pagos com recursos federais (Art. 4º do LDB e Resolução nº 20/2011 - SUPRE DO APROVEITAMENTO)
3.1.2 Com pessoal contratado (desempenho) para atender os serviços programados, pagos com recursos federais
3.1.3 Com contratação e aquisição de insumos (desempenho) com finalidade educativa em serviços programados, pagos com recursos federais
3.1.4 Com contratação de serviços programados e outros despesas creditadas em serviços programados, com recursos federais, de acordo com o valor pago pelos valores desatados nos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3
3.2 Valores desatados das contas correntes creditadas em serviços programados em 2012, referentes aos recursos federais
3.3 Valores desatados das contas correntes creditadas em serviços programados em 2012, referentes aos recursos federais
4. SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO

4.1 Saldo financeiro no começo corrente 2013 em 21/12/2012
4.2 Saldo financeiro em contas correntes anteriores a 2013 (aberto entre 2002 e 2012)

Tipos de Conta	Agência	Conta corrente	Saldo de Conta Corrente em 21/12/2012

5. REPROGRAMAÇÃO

5.1 Saldo percentual de reprogramação: Valor contido e não parcelado de reprogramação. O valor que não apresenta a rubrica administrativa não poderá ser utilizado, segundo a Lei nº 11.527/07

Tela de Execução Financeira

Execução Financeira
Resumo Execução
Contabilidade de Base

Finalizar Dem. Gestão PBF Visualizar Dem. Gestão PBF

2 de 3 01/08/2013 14:08



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome <http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito/html/apresentademonstr...>

Perfil Social Básico

PROJETO SOCIAL

PROJETO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

1. RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013

1.1 Saldo de conta corrente em 31/12/2012 R\$ 0,00

1.2 Saldo em contas correntes anteriores a 31/12/2012 R\$ 0,00

Tipos de conta	Agência	Conta corrente	Saldo de conta corrente em 31/12/2012

1.3 Recursos repassados pelo União R\$ 228.000,00

1.3.1 Recursos repassados pelo regime de caixa de caixa R\$ 228.000,00

1.3.2 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal (Considerar em valores creditados à conta de caixa no período de 01/01/2013 a 31/12/2012) R\$ 228.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2013 em decorrência de aplicação financeira das contas correntes anteriormente saldas R\$ 0,00

1.5 Receitas totais para o exercício de 2013 R\$ 228.000,00

2. EXECUÇÃO DAS RECURSOS FEDERATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2013

2.1 Valores pagos no exercício de 2013 com recursos federais (Incluído os valores pagos com crédito repassado em favor de beneficiários anteriormente em folha e pagos) R\$ 0,00

2.1.1 Com pessoal contratado, valores pagos com recursos federais (Art. 6º e 8º da LDB e Resolução nº 20/2011 - EQUIPE DE REFERÊNCIA) R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (passivo fiscal para afetar os serviços programados, pagos com recursos federais) R\$ 0,00

2.1.3 Com contratação e utilização de serviços públicos com destinação exclusiva aos serviços programados com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com contratação de serviços programados e outros serviços essenciais aos serviços programados, com recursos federais, no mês, e total para todos os meses anteriores ao mês 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 R\$ 0,00

2.2 Valores transferidos em folha e pagos no exercício de 2013, relativos aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores debitados das contas correntes vinculadas aos serviços programados do PMSU, no exercício de 2013 R\$ 0,00

Agência de origem: Conta corrente de origem: Data: Valor: Número da OFU (Número de Referência)

2. SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO

2.1 Saldo financeiro na conta corrente em 31/12/2012 R\$ 0,00

2.2 Saldo financeiro em contas correntes anteriores a 31/12/2012 R\$ 0,00

Tipos de Conta	Agência	Conta corrente	Saldo de Conta Corrente em 31/12/2012

3. APROPRIAÇÃO

3.1 Saldo pessoal de apropriação (Total crédito e débito pessoal de apropriação) (Valor que está disponível à utilização administrativa para o exercício, segundo a Lei nº 11.052-2) R\$ 0,00

PROJETO DE ALTA COMPLEXIDADE

PROJETO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

2 de 3 01/08/2013 15:46

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome <http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito/html/apresentademonstr...>

Perfil Social Básico

PROJETO SOCIAL

PROJETO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

1. RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013

1.1 Saldo de conta corrente em 31/12/2012 R\$ 0,00

1.2 Saldo em contas correntes anteriores a 31/12/2012 R\$ 0,00

Tipos de conta	Agência	Conta corrente	Saldo de conta corrente em 31/12/2012

1.3 Recursos repassados pelo União R\$ 24.000,00

1.3.1 Recursos repassados pelo regime de caixa de caixa R\$ 24.000,00

1.3.2 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal (Considerar em valores creditados à conta de caixa no período de 01/01/2013 a 31/12/2012) R\$ 24.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2013 em decorrência de aplicação financeira das contas correntes anteriormente saldas R\$ 0,00

1.5 Receitas totais para o exercício de 2013 R\$ 24.000,00

2. EXECUÇÃO DAS RECURSOS FEDERATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2013

2.1 Valores pagos no exercício de 2013 com recursos federais (Incluído os valores pagos com crédito repassado em favor de beneficiários anteriormente em folha e pagos) R\$ 0,00

2.1.1 Com pessoal contratado, valores pagos com recursos federais (Art. 6º e 8º da LDB e Resolução nº 20/2011 - EQUIPE DE REFERÊNCIA) R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (passivo fiscal para afetar os serviços programados, pagos com recursos federais) R\$ 0,00

2.1.3 Com contratação e utilização de serviços públicos com destinação exclusiva aos serviços programados com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com contratação de serviços programados e outros serviços essenciais aos serviços programados, com recursos federais, no mês, e total para todos os meses anteriores ao mês 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 R\$ 0,00

2.2 Valores transferidos em folha e pagos no exercício de 2013, relativos aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores debitados das contas correntes vinculadas aos serviços programados do PMSU, no exercício de 2013 R\$ 0,00

Agência de origem: Conta corrente de origem: Data: Valor: Número da OFU (Número de Referência)

3. SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO

3.1 Saldo financeiro na conta corrente em 31/12/2012 R\$ 0,00

3.2 Saldo financeiro em contas correntes anteriores a 31/12/2012 R\$ 0,00

Tipos de Conta	Agência	Conta corrente	Saldo de Conta Corrente em 31/12/2012

4. APROPRIAÇÃO

4.1 Saldo pessoal de apropriação (Total crédito e débito pessoal de apropriação) (Valor que está disponível à utilização administrativa para o exercício, segundo a Lei nº 11.052-2) R\$ 0,00

PROJETO DE ALTA COMPLEXIDADE

PROJETO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

2 de 3 01/08/2013 14:36

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome <http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito/html/apresentademonstr...>

Perfil Social Básico

PROJETO SOCIAL

PROJETO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

PROJETO DE ALTA COMPLEXIDADE

1. RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013

1.1 Saldo de conta corrente em 31/12/2012 R\$ 17.847,41

1.2 Saldo em contas correntes anteriores a 31/12/2012 R\$ 0,00

Tipos de conta	Agência	Conta corrente	Saldo de conta corrente em 31/12/2012

1.3 Recursos repassados pelo União R\$ 47.000,00

1.3.1 Recursos repassados pelo regime de caixa de caixa R\$ 47.000,00

1.3.2 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal (Considerar em valores creditados à conta de caixa no período de 01/01/2013 a 31/12/2012) R\$ 47.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2013 em decorrência de aplicação financeira das contas correntes anteriormente saldas R\$ 17.847,41

1.5 Receitas totais para o exercício de 2013 R\$ 64.894,41

2. EXECUÇÃO DAS RECURSOS FEDERATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2013

2.1 Valores pagos no exercício de 2013 com recursos federais (Incluído os valores pagos com crédito repassado em favor de beneficiários anteriormente em folha e pagos) R\$ 22.790,01

2.1.1 Com pessoal contratado, valores pagos com recursos federais (Art. 6º e 8º da LDB e Resolução nº 20/2011 - EQUIPE DE REFERÊNCIA) R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (passivo fiscal para afetar os serviços programados, pagos com recursos federais) R\$ 0,00

2.1.3 Com contratação e utilização de serviços públicos com destinação exclusiva aos serviços programados com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com contratação de serviços programados e outros serviços essenciais aos serviços programados, com recursos federais, no mês, e total para todos os meses anteriores ao mês 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 R\$ 22.790,01

2.2 Valores transferidos em folha e pagos no exercício de 2013, relativos aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores debitados das contas correntes vinculadas aos serviços programados do PMSU, no exercício de 2013 R\$ 0,00

Agência de origem: Conta corrente de origem: Data: Valor: Número da OFU (Número de Referência)

3. SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO

3.1 Saldo financeiro na conta corrente em 31/12/2012 R\$ 42.107,41

3.2 Saldo financeiro em contas correntes anteriores a 31/12/2012 R\$ 0,00

Tipos de Conta	Agência	Conta corrente	Saldo de Conta Corrente em 31/12/2012

4. APROPRIAÇÃO

4.1 Saldo pessoal de apropriação (Total crédito e débito pessoal de apropriação) (Valor que está disponível à utilização administrativa para o exercício, segundo a Lei nº 11.052-2) R\$ 42.107,41

PROJETO DE ALTA COMPLEXIDADE

PROJETO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

2 de 3 01/08/2013 15:31

SIM - Sistema de Monitoramento - Assistência Social - Minas Gerais <http://www.simuasmg.gov.br/sim/questionariopendente.do?me...>

SUAS-MG

Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

PRINCIPAL | MUNICÍPIOS | GERAL | INDICADORES SOCIAIS | GESTÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL | CONTROLE SOCIAL MUNICIPAL | CRAS | SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS | QUESTIONÁRIOS | - PESQUISAR | RELATÓRIOS | SUPORTE TÉCNICO | SAIR

- Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
- Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
- Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: [ARAGUARI]

Município :: Questionários :: Preenchimento

Gestão Financeira serviço de "Atendimento ao migrante"

Mês de Referência: 07/2013

GESTÃO FINANCEIRA

RESPOSTA
Informe o saldo financeiro existente na conta específica do serviço "MIGRANTE" no último dia útil do mês de referência deste questionário
R\$ 35.919,88

Login
 Usuário autenticado: **ARADNE GUIMARARES GHENOV PIMENTA**
 Último Acesso: 16/08/2013
 E-mail para recebimento de notificações: **adneghenov@hotmail.com**
 Telefone de contato: **(34)9182-3514**
 Alterar meu cadastro

GOVERNO DE MINAS

S E D E S E - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

1 de 1 20/08/2013 10:35



SUAS-MG
Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

Menu Principal
Principal
Municípios
Geral
Indicadores Sociais
Gestão Assistência Social
Controle Social Municipal
CRAS
CREAS
Serviços Socioassistenciais
Questionários
- Pesquisar
Relatórios
Suporte Técnico
Sair

• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
• Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: ARAGUARI

Município :: Questionários :: Preenchimento

Gestão Financeira do Piso Mineiro de Assistência Social, referente ao exercício de 2012

Mês de Referência: 07/2013

Refere-se as parcelas pagas até o exercício de 2012, inclusive às 5 parcelas de 2012 que foram pagas no exercício de 2013.

SALDO FINANCEIRO	RESPOSTA
Informe o saldo financeiro existente na conta específica do Piso Mineiro de Assistência Social no último dia útil do mês de referência deste questionário.	R\$ 17.023,61

Usuário autenticado: ARADNE GUIMARARES GHENOV PIMENTA
Último Acesso: 16/08/2013
E-mail para recebimento de notificações: adneghenov@hotmail.com
Telefone de contato: (34)9182-3514
Alterar meu cadastro

GOVERNO DE MINAS
SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SUAS-MG
Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

Menu Principal
Principal
Municípios
Geral
Indicadores Sociais
Gestão Assistência Social
Controle Social Municipal
CRAS
CREAS
Serviços Socioassistenciais
Questionários
- Pesquisar
Relatórios
Suporte Técnico
Sair

• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
• Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: ARAGUARI

Município :: Questionários :: Preenchimento

Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Básica - PSB no âmbito do SUAS.

Mês de Referência: 07/2013

Este questionário contém todos os serviços da PSB, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Res. CNAS Nº 109-11/11/2009). O objetivo deste questionário é conhecer todos os serviços ofertados no seu município, independente do cofinanciamento seja: federal, estadual ou municipal. O importante é ressaltar, qual ou quais, dos serviços ofertados serão cofinanciados com o recurso do Piso Mineiro de Assistência Social ou com a Série Histórica. Caso o município não ofereça algum destes serviços da PSB, os campos deverão ser preenchidos com meta 0 (zero) e o cofinanciamento não.

1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

RESPOSTA
Informe o número total de famílias em ACOMPANHAMENTO pelo PAIF, no mês de referência: 199
Informe o número total de famílias INGERIDAS no PAIF, no mês de referência: 19

1.1. ATIVIDADES OFERTADAS NO CRAS NO MÊS DE REFERÊNCIA:

RESPOSTA
Acolhida <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Visita Domiciliar <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Busca ativa <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

Usuário autenticado: ARADNE GUIMARARES GHENOV PIMENTA
Último Acesso: 16/08/2013
E-mail para recebimento de notificações: adneghenov@hotmail.com
Telefone de contato: (34)9182-3514
Alterar meu cadastro

GOVERNO DE MINAS

SUAS-MG
Sistema Único de Assistência Social
Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

Menu Principal
Principal
Municípios
Geral
Indicadores Sociais
Gestão Assistência Social
Controle Social Municipal
CRAS
CREAS
Serviços Socioassistenciais
Questionários
- Pesquisar
Relatórios
Suporte Técnico
Sair

• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
• Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
• Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: ARAGUARI

Município :: Questionários :: Preenchimento

Gestão Financeira do Piso Mineiro de Assistência Social - Exercício 2013

Mês de Referência: 07/2013

Informar somente o saldo financeiro, da conta bancária que foi aberta pelo Governo do Estado para repasse das parcelas do cofinanciamento do Piso Mineiro de Assistência Social no exercício de 2013. O valor do saldo deverá ser o do último dia do mês de referência.

SALDO FINANCEIRO 2013	RESPOSTA
Informe o saldo financeiro existente na conta (aberta pelo Governo do Estado para pagamento das parcelas do EXERCÍCIO 2013), do Piso Mineiro de Assistência Social no último dia útil do mês de referência deste questionário.	R\$ 17.023,61

Usuário autenticado: ARADNE GUIMARARES GHENOV PIMENTA
Último Acesso: 16/08/2013
E-mail para recebimento de notificações: adneghenov@hotmail.com
Telefone de contato: (34)9182-3514
Alterar meu cadastro

GOVERNO DE MINAS
SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

RESPOSTA
Acompanhamento prioritário de famílias em descumprimento de condicionais do Programa Bolsa Família - PBF. <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Oficina/grupos de convivência com famílias. <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Acompanhamento prioritário de famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC e Benefícios Eventuais. <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Articulação e gestão do território. <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Orientação/encaminhamento para inserção no BPC. <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Encaminhamento das famílias para inserção no Cadastro Único. <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

1.2. O PAIF É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA
PAIF - Recurso Municipal <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
PAIF - Recurso Estadual <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
PAIF - Recurso Federal <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

2. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV

RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos atendidos no SCFV, no mês de referência: 195
Crianças de até 6 anos. 10
Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. 30
Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos. 11
Idosos. 43

2.1. O SCFV É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

RESPOSTA
SCFV - Recurso Estadual <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
SCFV - Recurso Municipal <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
SCFV - Recurso Federal <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS.

RESPOSTA
Pessoas com deficiência. 3
Idosos. 10



	RESPOSTA
Informe o número total de pessoas com deficiência e idosos identificados e acompanhados no serviço, no mês de referência:	13

3.1. O SPSB NO DOMICÍLIO PCD E IDOSOS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
SPSB Domicílio PCD e Idosos - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
SPSB Domicílio PCD e Idosos - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
SPSB Domicílio PCD e Idosos - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

4. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos atendidos em Benefícios Eventuais, no mês de referência:	29

4.1. TIPOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

	RESPOSTA
Auxílio natalidade.	2
Auxílio funeral.	2
Outros.	23
Calamidade Pública	0
Vulnerabilidade Temporária	3

Informe o número total de benefícios eventuais que foram ofertados no mês de referência:

	RESPOSTA
	30

4.2. OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS SÃO COFINANCIADOS COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Benefício Eventual - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Benefício Eventual - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Benefício Eventual - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

	RESPOSTA
Atendimento psicossocial	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Estudo Social (Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar)	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Orientação Jurídico Social	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Elaboração de Relatório de Acompanhamento.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Ações de Mobilização e Enfrentamento.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Acompanhamento de Encaminhamentos.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Articulação com a Rede Socioassistencial.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

1.2. SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS ATENDIDOS NO CREAS

	RESPOSTA
Crianças vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	3
Adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica).	0
Crianças vítimas de abuso sexual.	0
Adolescentes vítimas de abuso sexual.	0
Crianças vítimas de exploração sexual.	0
Adolescentes vítimas de exploração sexual.	0
Crianças vítimas de negligência/abandono	6
Adolescentes vítimas de negligência/abandono	1
Crianças em situação de trabalho infantil	0
Adolescentes em situação de trabalho infantil	0
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar	18
Pessoas idosas vítimas de negligência/abandono	11
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar	8
Pessoas com deficiência vítimas de negligência/abandono	4
Mulheres vítimas de violência intrafamiliar	10
Indivíduos em Situação de Rua	0
Informe o número total de situações de violências ou violações de direitos atendidos no CREAS, no mês de referência:	37

1.3. O PAEFI É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
PAEFI - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

SUAS-MG
 Sistema Único de Assistência Social
 Sistema de Informação e Monitoramento de Minas Gerais

- Principal
- Municípios
- Gerar
- Indicadores Sociais
- Gestão Assistência Social
- Controle Social Municipal
- CRAS
- CREAS
- Serviços Socioassistenciais
- Questionários
- Pesquisar
- Relatórios
- Suporte Técnico
- Sair

- Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para preencher questionários
- Apenas usuário com perfil de gestor municipal tem permissão para enviar questionários completos
- Apenas usuário com perfil de presidente CMAS tem permissão para aprovar questionários

MUNICÍPIO: [ARAGUARI]

Município :: Questionários :: Preenchimento

Demonstrativo Físico Mensal de oferta de Serviços e Benefícios Socioassistenciais de Proteção Social Especial - PSE no âmbito do SUAS.

Mês de Referência: 07/2013

Este questionário contém todos os serviços da PSE, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Res.CNAS Nº 109-11/11/2009). O objetivo deste questionário é conhecer todos os serviços ofertados no seu município, independente do cofinanciamento seja: federal, estadual ou municipal. O importante é ressaltar, qual ou quais, dos serviços ofertados serão cofinanciados com o recurso do Piso Mineiro de Assistência Social ou com a Série Histórica. Caso o município não ofereça algum ou nenhum destes serviços da PSE, os campos deverão ser preenchidos com meta zero 0 e o cofinanciamento NÃO.

1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI

	RESPOSTA
Informe o número total de casos (famílias ou indivíduos) em ACOMPANHAMENTO pelo PAEFI, no mês de referência:	20

	RESPOSTA
Informe o número total de casos (famílias ou indivíduos) INSERIDOS no acompanhamento do PAEFI, no mês de referência:	11

1.1. ATIVIDADES OFERTADAS NO CREAS NO MÊS DE REFERÊNCIA:

	RESPOSTA
Visita Domiciliar	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Acolhida e avaliação social	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

Login

Usuário autenticado:
**ARADNE GUIMARÃES
 GHENOV PIMENTA**
 Último Acesso: 16/08/2013
 E-mail para recebimento de notificações:
 adneghenov@hotmail.com

Telefone de contato:
 (34)9182-3514
 Alterar meu cadastro



	RESPOSTA
PAEFI - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
PAEFI - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

2. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos (crianças e adolescentes) identificadas e acompanhadas no Serviço de Abordagem Social (trabalho infantil, exploração sexual), no mês de referência:	0

2.1. O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Abordagem Social - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Abordagem Social - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Abordagem Social - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS - LA E PSC

	RESPOSTA
Informe o número total de adolescentes e jovens em acompanhamento no serviço, no mês de referência:	47

	RESPOSTA
Informe o número total de adolescentes e jovens em cumprimento de Liberdade Assistida:	1

	RESPOSTA
Informe o número total de adolescentes e jovens em cumprimento de Prestação de Serviço Comunitário:	46

3.1. O SERVIÇO DE LA E PSC É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
LA e PSC - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
LA e PSC - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
LA e PSC - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS E SUAS FAMÍLIAS:

	RESPOSTA
Informe o número total de pessoas com deficiência e idosos identificados e acompanhados no serviço, no mês de referência:	0



referência:	RESPOSTA
-------------	----------

4.1. O SERVIÇO DE PSE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
SPSE PCD e Idosas - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
SPSE PCD e Idosas - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
SPSE PCD e Idosas - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

5. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

	RESPOSTA
Informe o número total de indivíduos (jovens, adultos, idosos, famílias) em acompanhamento no serviço, no mês de referência:	31

5.1. O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço Espec. Pessoas em Situação de Rua - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Espec. Pessoas em Situação de Rua - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Espec. Pessoas em Situação de Rua - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

6. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

	RESPOSTA
Idosos	0
Informe o número total de indivíduos acolhidos, no mês de referência,	0
Crianças e adolescentes	0
Adultos e famílias	0
Mulheres em situação de violência	0
Jovens e adultos com deficiência	0

6.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço Acolhimento Institucional - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

7. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA:

	RESPOSTA
Idosos	0
Jovens entre 18 e 21 anos	0
Adultos e famílias	0
Informe o número total de indivíduos (pessoas, jovens, adultos) acolhidos, no mês de referência,	0

7.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em República - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

8. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA:

	RESPOSTA
Crianças de 0 a 12 anos	0
Adolescentes de 13 a 17 anos	0
Informe o número total de indivíduos (crianças e adolescentes) acolhidos, no mês de referência,	0

8.1. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

9. SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS:

	RESPOSTA
Informe o número total de famílias e indivíduos apoiados e protegidos atingidos por situações de emergência e calamidade pública no mês de referência.	0
Informe o número total de alojamentos provisórios instituídos para proteção das famílias e indivíduos por situações de emergência e calamidade pública, no mês de referência:	0

9.1. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

10. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO AO MIGRANTE:

	RESPOSTA
No mês de referência qual foi o total de pessoas atendidas no serviço?	140
Quantas pessoas receberam passes em transporte rodoviário ou ferroviário?	56
Quantas pessoas receberam acolhimento provisório?	84
Quantas pessoas receberam alimentação?	84

10.1. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO AO MIGRANTE É COFINANCIADO COM RECURSO DO?

	RESPOSTA
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Municipal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Estadual	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Serviço de Proteção e Atenção ao Migrante - Recurso Federal	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não



PREFEITURA DE ARAGUARI

A Prefeitura Municipal de Araguari informa os estabelecimentos abaixo discriminados que, em atenção à Lei Municipal nº 4.688, de 08 de novembro de 2010, É OBRIGATORIA a instalação do recipiente com álcool gel antisséptico ou produtos similares, colocados nos lugares de maior circulação, de fácil visualização e acesso:

- Hipermercados, supermercados e mini-mercados;
- Agências bancárias;
- Casas lotéricas;
- Hotéis e pousadas;
- Restaurantes, bares, lanchonetes e similares;
- Clínicas médicas, odontológicas, de fisioterapia, de fonoaudiologia, de nutrição e similares;
- Hospitais;
- Pronto-socorro e unidades básicas de saúde;
- Clubes, salões e similares.

Cuide da sua saúde, afinal, a prevenção ainda é a melhor solução!



ACABE COM A DENGUE. SÓ DEPENDE DE VOCÊ.

